

SOCIALISMO
EM DISCUSSÃO

REINALDO CONÇALVES
TANIA BACELAR
JOÃO SAYAD
RONALD ROCHA



SOCIALISMO E
GLOBALIZAÇÃO
FINANCEIRA

O SEGUNDO CICLO DO SEMINÁRIO **SOCIALISMO E DEMOCRACIA** DEDICOU-SE AO EXAME DE QUESTÕES CONCRETAS QUE ESTÃO SENDO POSTAS PARA AS ESQUERDAS NO **BRASIL**. A ABORDAGEM DESSAS QUESTÕES JUNTOU AS URGÊNCIAS DE CURTO PRAZO COM A PERSPECTIVA HISTÓRICA MAIS LARGA DO FUTURO. POR ISSO, OS VÁRIOS TEMAS FORAM TRABALHADOS, SEMPRE, PERGUNTANDO-SE QUAIS SÃO SUAS INTERAÇÕES COM O SOCIALISMO. FORAM ABORDADOS TEMAS COMO A RICA EXPERIÊNCIA – QUE A VÁRIOS TÍTULOS REPRESENTA UMA ENORME INOVAÇÃO POLÍTICA – DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, O PLANEJAMENTO URBANO, A REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA, AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LUTA SOCIAL, A DECISIVA REVOLUÇÃO MOLECULAR-DIGITAL E A VIRADA DA INFORMAÇÃO, E, POR ÚLTIMO, AS COMPLEXAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS NA ERA DA CHAMADA GLOBALIZAÇÃO.

O EXAME TRAVEJOU, SEMPRE, A EXPERIÊNCIA DAS LUTAS COM A REFLEXÃO QUE PROCURAVA PROJETÁ-LAS E ENTENDÊ-LAS NO QUADRO DA TRANSFORMAÇÃO URGENTE E RADICAL. NÃO PARA UM DIA QUALQUER POSTERIOR À REVOLUÇÃO, MAS DIUTURNAMENTE.

FRANCISCO DE OLIVEIRA



Socialismo em discussão

SOCIALISMO E GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA

Reinaldo Gonçalves

João Sayad
Ronald Rocha
Tânia Bacelar



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci – presidente
Zilah Abramo – vice-presidente
Hamilton Pereira – diretor
Ricardo de Azevedo – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Assistentes Editoriais

Candice Quinelato Baptista
Viviane Akemi Uemura

Revisão

Márcio Guimarães de Araújo
Maurício Balthazar Leal

Capa e Projeto Gráfico

Gilberto Maringoni

Ilustração da Capa

Rodolfo Pizzignacco

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Impressão

Cromosete Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)	
Desenvolvimento local e socialismo / Celso Daniel... [et al.]. — São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. — (Coleção Socialismo em Discussão)	
Outros autores: Marina Silva, Miguel Rossetto, Ladislau Dowbor	
Bibliografia. ISBN 85-86469-69-6	
1. Democracia 2. Desenvolvimento econômico 3. Governo local 4. Socialismo I. Daniel, Celso. II. Silva, Marina. III. Rossetto, Miguel. IV. Dowbor, Ladislau. V. Série	
02-1513	CDD-320.531
Índices para catálogo sistemático: 1. Socialismo e democracia : Ciência política 320.531	

Bibliografia.

Índices para catálogo sistemático:

1ª edição: março de 2003 – Tiragem: 3 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br> – Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2003 by Editora Fundação Perseu Abramo — ISBN 85-86469-78-5

Apresentação

<i>Francisco de Oliveira</i>	5
------------------------------------	---

Alternativa socialista e globalização financeira

<i>Reinaldo Gonçalves</i>	7
---------------------------------	---

Definições-chave	8
------------------------	---

Projeto de orientação socialista: restrições	11
--	----

Inserção internacional: política bilateral	20
--	----

Comentários

<i>Tânia Bacelar</i>	23
----------------------------	----

Projeto de nação e inserção soberana	23
--	----

Atuar em níveis local, nacional e mundial	26
---	----

<i>Ronald Rocha</i>	29
---------------------------	----

Construir uma nova força social ampla	29
---	----

O conceito de “globalização”	31
------------------------------------	----

As características da mundialização	38
Um novo bloco histórico	40
<i>João Sayad</i>	43
Usar nossa margem de manobra	43
Liberdade e dinheiro	45
Keynes e Tobin	48

Debate com o público

Alípio	51
Rita	52
Gustavo Venturi	53
Djalma Bom	54
Max Altman	54
André Breda dos Santos	55
Geraldo Santiago Pereira	55
Humberto Leopoldo	56
Clara Charf	57
Leda Paulani	58
Fernando Haddad	59
Luiz Inácio Lula da Silva	60
<i>Ronald Rocha</i>	65
<i>João Sayad</i>	68
<i>Tânia Bacelar</i>	69
<i>Reinaldo Gonçalves</i>	72
Sobre os autores	79

Apresentação

Francisco de Oliveira

O segundo ciclo do seminário Socialismo e Democracia – reproduzido neste e em outros livros da coleção Socialismo em Discussão –, que o Instituto Cidadania, a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria de Formação Política do Partido dos Trabalhadores realizaram no primeiro semestre de 2001, dedicou-se, desta vez, ao exame de questões concretas que estão sendo postas para o movimento das esquerdas no Brasil com urgência, particularmente a partir das expressivas vitórias nas eleições municipais de outubro de 2000. O Partido dos Trabalhadores, para não usurparmos a fala das outras formações da esquerda brasileira, foi chamado a dar soluções concretas aos já dramáticos problemas das cidades, herança de um longo ciclo histórico, agravados pelas políticas ou antipolíticas neoliberais dos últimos dez anos.

Entendeu-se que a votação cidadã optou pelo PT não apenas pela urgência da conjuntura, mas como uma orientação de outra perspectiva de desenvolvimento econômico, social, político e cultural, caucionada pela trajetória do partido desde sua criação e pela exemplaridade das administrações petistas ali onde a cidadania lhe tem entregue a gestão do Estado, em municípios e estados.

A abordagem das questões concretas juntou as urgências de curto prazo com a perspectiva histórica mais ampla do futuro. Por isso, os vários te-



mas foram trabalhados, sempre, perguntando-se quais são suas interações com o socialismo. De modo que as gestões da esquerda não devem ser apenas o breve ciclo de uma administração, mas precisam também realizar, concretamente, na vida cotidiana das cidades, das cidadãs e dos cidadãos, uma mudança cujo nome histórico é socialismo. Não para um dia qualquer posterior à revolução, mas diuturnamente. Desse modo, a perspectiva histórica do socialismo ajuda, orienta e valoriza medidas simples, ao alcance da cidadania, sem a grandiloquência dos grandes eventos, mas preparando-a para seu autogoverno.

Foram abordados o recado das urnas de 2000, a rica experiência, que a vários títulos representa uma enorme inovação política, do orçamento participativo, o planejamento urbano, a reforma agrária e o movimento dos trabalhadores sem-terra, as formas contemporâneas da luta social, a decisiva revolução molecular-digital e a virada da informação, e, por último, as complexas relações econômicas internacionais na era da chamada globalização. O exame travejou, sempre, a experiência das lutas com a reflexão que procurava projetá-las e entendê-las no quadro da transformação urgente e radical. Destacados militantes do Partido dos Trabalhadores, desde seu presidente de honra, novos dirigentes municipais, calejados quadros políticos, governadores e prefeitos, especialistas, reputados professores universitários, apoiados, discutidos e contestados por um público sempre numeroso e participante, dedicaram o tempo necessário para arejar o pensamento, desafiando o entendimento da nova complexidade. Assim, o PT busca juntar ação e reflexão, não apenas para preparar quadros, mas para assumir o mandato da transformação – como disse uma já clássica canção petista – “sem medo de ser feliz”.

Em nome da Comissão Organizadora,
Francisco de Oliveira

Alternativa socialista e globalização financeira¹

Reinaldo Gonçalves

Dividiremos a discussão em quatro partes. Na primeira, apresentaremos definições-chave sobre os nossos temas, socialismo e globalização. Na segunda parte examinaremos um argumento geral que é o seguinte: no contexto da globalização, há hoje um grau de manobra muito maior do que freqüentemente aparece no debate. Apesar desse fenômeno avassalador – a globalização –, há um grau de manobra não desprezível para a atuação de muitos países, inclusive o Brasil. Na terceira parte discutiremos as restrições e os obstáculos que projetos de orientação socialista enfrentam no Brasil, no contexto da globalização. Por fim, analisaremos a questão da inserção internacional do Brasil.

Em síntese: (1) apresentaremos definições sobre socialismo (mais especificamente sobre um projeto de orientação socialista) e globalização; (2) discutiremos uma tese geral a respeito do grau de liberdade do Estado nacional; (3) analisaremos os obstáculos para um projeto de orientação socialista no Brasil no contexto da globalização, e (4) examinaremos a inserção brasileira no cenário internacional a partir da ótica de um governo democrático e popular.

1. Este seminário – cujo título original é “Alternativa socialista ante a globalização financeira” – faz parte do segundo ciclo de debates “Socialismo e democracia” (ver p. 83) e foi realizado dia 18 de junho de 2001.

Definições-chave – Para começar, a primeira definição-chave que propomos é a de um projeto de orientação socialista para o Brasil. Antes, porém, cabe destacar que esse projeto tem cinco componentes principais, que envolvem meios e fins.

O primeiro componente refere-se às estratégias e políticas orientadas para a radical desconcentração da riqueza, da renda, da cultura e do poder. O primeiro objetivo de um projeto de orientação socialista no Brasil tem que ser uma radical desconcentração. É essencial ressaltar que os adjetivos e substantivos são igualmente importantes. A exigência é uma desconcentração, mas não uma desconcentração na margem. Trata-se de uma desconcentração *radical* da riqueza, da renda, da cultura e do poder. O segundo componente desse processo é o vigoroso combate à exclusão social. Mais uma vez, o adjetivo (vigoroso) é tão importante quanto os substantivos (combate, exclusão). O terceiro componente é a incisiva intervenção estatal na regulação dos mercados de fatores estratégicos, a saber, trabalho, capital, natureza e cultura. O quarto componente desse projeto é a propriedade ou o controle público dos principais meios de produção de bens e serviços. E, por último, o uso social do excedente econômico. Ou seja, como a sociedade intervéem no excedente econômico que está nas grandes empresas (núcleo duro do capitalismo) para que haja uma acumulação de capital o mais acelerada possível.

Partindo desses componentes, o projeto de orientação socialista pode ser definido como aquele que envolve a ocorrência simultânea dos seguintes processos: (1) estratégias e políticas orientadas para a radical desconcentração de riqueza, renda, cultura e poder; (2) vigoroso combate à exclusão social; (3) incisiva intervenção estatal na regulação dos mercados de fatores estratégicos – trabalho, natureza, capital e cultura; (4) propriedade ou controle público dos principais meios de produção de

bens e serviços; e (5) uso social do excedente econômico. Então, essa é a concepção de projeto de orientação socialista que gostaria de discutir.

Esse projeto ocorrerá no contexto de um Brasil extremamente vulnerável internacionalmente. O Brasil tem uma das economias mais abertas do mundo. Historicamente, a formação do Brasil sempre esteve determinada por uma inserção passiva no cenário internacional. O que acontece no mundo hoje? O país tem se defrontado nos últimos 20 anos com o fenômeno da globalização econômica. E, aqui, passamos à segunda definição-chave. O que é a globalização econômica?

A globalização é um fenômeno caracterizado pela ocorrência simultânea de três processos: (1) crescimento extraordinário dos fluxos internacionais de bens, serviços e capital; (2) acirramento da concorrência internacional; e (3) crescente integração entre economias nacionais e entre agentes econômicos.

Teremos um projeto nacional de orientação socialista, que ocorrerá numa economia altamente internacionalizada, ancorada no processo de globalização econômica. A pergunta central é a seguinte: dada a globalização, que influencia e determina os projetos nacionais, teremos grau de liberdade para implementar o projeto de orientação socialista?

Essa pergunta é particularmente importante no caso do Brasil. Nos últimos anos todas as crises econômicas no Brasil têm derivado, em grande medida, da vulnerabilidade externa do país. Transcendendo a esfera econômica, pode-se dizer que o Brasil tem experimentado nos últimos anos – particularmente no governo Fernando Henrique – um processo de *africanização*. Essa africanização tem origem na abertura da economia brasileira, num contexto de globalização, que provocou a enorme vulnerabilidade externa do país e gerou uma trajetória de instabilidade e crise sistêmica.

O Brasil é um país marcado por baixa capacidade de resistência a pressões, a fatores desestabilizadores e a choques externos. Essa vulnerabilidade

externa gera crises cambiais recorrentes. Para enfrentar essas crises o governo utiliza políticas macroeconômicas ortodoxas para ajustar as contas externas, e isso causa problemas econômicos sérios. Entre esses problemas, pode-se mencionar a degradação das contas públicas, o desemprego, a falta de investimento, o crescimento econômico medíocre e o desequilíbrio das contas externas. Ao mesmo tempo, há o esgarçamento do tecido social, pois geram-se pobreza, exclusão, violência, desigualdade e tensão na sociedade. Desequilíbrios sociais e problemas econômicos resultam em crises políticas. Na esfera política, as relações, os processos e as estruturas são tensionados. E, ao fim e ao cabo, o resultado são problemas de natureza institucional, isto é, degradação das instituições públicas e privadas. A degeneração moral e ética da classe dirigente faz parte desse processo. O risco de ruptura institucional cresce com a continuidade do modelo.

Essa é a trajetória da crise brasileira, particularmente com o governo Fernando Henrique: abertura num contexto de globalização => vulnerabilidade externa, um país frágil, baixa capacidade de resistência => crises cambiais recorrentes => políticas que geram problemas econômicos sérios => provocam desequilíbrios sociais agudos e esgarçamento do tecido social => problemas políticos => degradação das instituições públicas e privadas. Esse tipo de trajetória é característico da África subsaariana, com países marcados por crises sistêmicas. De fato, Fernando Henrique *subsaarizou* o Brasil. O Brasil está caminhando em uma trajetória de instabilidade e crise, com crescente risco de ruptura institucional.

Retornemos à nossa pergunta. Com essa herança trágica, teremos grau de liberdade para implementar um projeto de orientação socialista?

A resposta é inequívoca: teremos.

Então, qual é o problema central do Brasil hoje? Para interrompermos e revertermos essa trajetória de instabilidade e crise, temos que ir à origem do problema. Isso significa, na realidade, reduzir nossa vulnera-

bilidade e a sua causa principal, que é um tipo de abertura “capturada” pela globalização econômica.

O que ocorre no mundo (a globalização) é um fenômeno paramétrico para nós brasileiros e sobre o qual não exercemos nenhuma influência. Quer dizer, ele é dado, nós não temos a menor influência no mundo. A impotência, por um lado, é negativa, mas, por outro, nos dá a vantagem de podermos “correr por fora”. Assim, uma medida de grande impacto interno pode não ter nenhuma ou quase nenhuma repercussão no mundo. Isso faz com que o Brasil tenha um grau razoável de liberdade em termos de implementação de um projeto nacional. E mais, de um projeto nacional de orientação socialista. Nesse sentido, a nossa visão envolve um certo “otimismo qualificado”. O resultado é que as principais restrições são endógenas e não exógenas. Vejamos as restrições para essa visão se transformar em realidade.

Projeto de orientação socialista: restrições – Quais são as restrições para o projeto de orientação socialista, no Brasil, num contexto de globalização econômica? Inicialmente, devemos ressaltar que as principais restrições são de natureza interna.

A *primeira restrição* ao projeto de orientação socialista é que precisamos reduzir o principal “desequilíbrio de estoque” do Brasil, que é a *concentração de riqueza*. Enquanto tivermos essa concentração de riqueza, não conseguiremos ter desenvolvimento sustentado e muito menos um projeto com um mínimo de equidade e justiça social. Sabemos que o Brasil é campeão mundial de concentração de renda. Isso é sabido em qualquer estabelecimento de ensino médio; hoje todo mundo conhece o Índice de Gini². Meu filho veio falar comigo e perguntar o que era o Índice de Gini, porque sua professora mostrou que o Brasil “disputava o campeonato” com Ruanda, Serra Leoa e Honduras.

2. Índice de Gini: indicador de desigualdade na distribuição de renda que varia de 0 (situação em que a renda estaria distribuída igualmente entre todas as famílias) a 1 (situação em que apenas uma família se apropriaria de toda a renda). Portanto, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade da distribuição.

Se é verdade que o Brasil é campeão mundial de concentração de renda, é mais verdade ainda que este país é pentacampeão mundial de concentração de riqueza. O problema é que a renda deriva da riqueza. Riqueza é estoque, renda é fluxo. O que é a riqueza privada líquida de um país? São as estruturas residenciais, as estruturas não-residenciais, as máquinas e os equipamentos, os ativos monetários, os ativos financeiros e os bens de consumo duráveis que podem entrar como parte da riqueza privada das pessoas (automóveis, jóias etc.).

O Brasil tem riqueza, mas ela é extremamente concentrada. Estima-se que o *top* de 1% das famílias controla cerca de 15% da renda. Na realidade, são mais ou menos 400 mil famílias no Brasil. Ocorre que essas famílias controlam mais de 50% do estoque de riqueza. Então, a renda é concentrada porque a riqueza é concentrada.

O que fazer? Precisamos de um projeto radical de desconcentração de riqueza, renda, cultura e poder. Nesse sentido, há várias idéias. Há o imposto de solidariedade, que é um imposto “de uma vez por todas” (a expressão técnica em inglês é *once-for-all capital levy*), que é completamente diferente do imposto anual sobre grandes fortunas. Fato relevante: estima-se que o *top* de 1% da população brasileira controla 53% do estoque de riqueza. Se o imposto de solidariedade for de 20%, a participação desse *top* cairia para cerca de 42% do estoque de riqueza, o que ainda é extremamente elevado pelos padrões internacionais (inferior a 30%). Em outras palavras, a riqueza continuaria extremamente concentrada no Brasil. O Brasil continuaria com grande concentração de riqueza. Precisamos de pelo menos duas décadas para que haja alguma desconcentração significativa. E, para isso, precisamos também de reforma agrária, de reforma tributária abrangente, que trate de heranças, progressividade do imposto de renda, maior taxaço sobre lucro e maior ênfase nos impostos diretos.

A *segunda restrição* é o desequilíbrio de estoque da *dívida interna*. A dívida da União é superior a 500 bilhões de reais, com juros da ordem de 20%. Os orçamentos da União, dos estados e municípios estão comprometidos com o pagamento de juros. São dezenas de bilhões de reais que são transferidos para os rentistas e que poderiam ser orientados para o lado real da economia. O fato é que a economia brasileira fica travada com isso (política fiscal restritiva) e, portanto, tem que haver uma correção. Para começarmos a pensar em desenvolvimento, precisamos de taxa de juros baixa, bem como a correção desse estoque.

A *terceira restrição* é o problema da *desigualdade*. A desigualdade de renda é grave. Conforme já vimos, ela deriva, em grande parte, da desigualdade de estoque de riqueza. Mas também é fundamental que atuemos sobre os fluxos. Vale repetir, devemos ter correção do desequilíbrio de estoque de riqueza e de fluxo de renda. Há, também, as desigualdades em termos de etnia e de gênero, bem como as desigualdades regionais, que são vergonhosas. Nesse sentido, o destaque fica por conta do projeto de inclusão social assentado na expansão do mercado interno de consumo de massa, com políticas sociais universais, programa de renda mínima, investimento em educação, moradia e economia solidária. Esses são programas e temas que estão bem explorados na proposta de programa econômico que foi lançada pelo Instituto Cidadania³.

A *quarta restrição* é o desequilíbrio de estoque da *dívida externa*. Se o Brasil parar hoje, se formos todos congelados durante um ano, no final de 12 meses, quando acordarmos, estaremos devendo 18 bilhões de dólares de juros da dívida externa. Com PIB zero, o Brasil tem que gerar 18 bilhões de dólares para pagar os juros da dívida externa, sem contar o resto do passivo externo que temos de pagar. O pagamento do passivo externo brasileiro representa muito dinheiro em qualquer lugar do mundo e, em termos relativos, atinge níveis muito elevados. A situação brasilei-

3. "Um outro Brasil é possível". Texto interno do Instituto Cidadania produzido em 2001 pelo Grupo dos Economistas.

ra é considerada crítica pelas instituições financeiras internacionais (*severely indebted*, segundo o Banco Mundial). Não há política econômica que resolva isso. A taxa de câmbio pode ser de 2,4 reais ou 24 reais, de todo modo o país tem que arranjar 18 bilhões de dólares para servir a dívida externa. O serviço da dívida externa é insensível à política cambial. Então, enquanto nós não resolvermos esse brutal desequilíbrio de estoque, não acumularemos capital, não haverá investimento produtivo e não teremos desenvolvimento econômico.

A quinta restrição é a *vulnerabilidade externa*. O Brasil não pode ficar nessa situação de fragilidade, com essa baixa capacidade de resistência a fatores desestabilizadores, pressões e choques externos. O importante aqui é o seguinte: a vulnerabilidade externa do Brasil não se manifesta só na esfera financeira (dívida externa). Ela tem uma abrangência maior. O Brasil é frágil, é débil, em decorrência de vulnerabilidades nas esferas financeira, comercial, tecnológica e produtiva. Essa última tem a ver com a presença de empresas estrangeiras no Brasil. Empresas estrangeiras têm fontes externas de poder que empresas nacionais não têm. Quem esteve no aparelho de Estado sabe que faz diferença lidar com um executivo de uma multinacional ou lidar com um representante de uma empresa familiar brasileira.

Então, reduzir a vulnerabilidade externa brasileira não é só um problema de aumentar tarifa, nem de reduzir importação de bens supérfluos. Não é só isso. Na realidade, a questão comercial é a menos importante, porque a vulnerabilidade externa brasileira é muito mais grave nas esferas tecnológica, financeira e produtiva. Cabe, aqui, um parêntese. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso aconteceu um fato único na história do Brasil e, muito provavelmente, do mundo. O Brasil deu um “salto quântico” de desnacionalização entre 1995 e 2000, visto que a participação do capital estrangeiro no valor da produção aumentou de 13% para 25%. Não há

registro na história, nem do Brasil, nem do mundo, de uma experiência de desnacionalização econômica tão significativa quanto a que ocorreu no Brasil durante o governo Fernando Henrique.

Voltemos à nossa pergunta: Que fazer diante da vulnerabilidade externa brasileira? Tecnicamente, precisamos do *standstill*, quer dizer, párese o processo de liberalização e desregulamentação e, em seguida, implementa-se o *roll-back* (reversão). Precisamos de uma reversão da liberalização nas esferas comercial, produtiva, tecnológica, monetária e financeira. No caso brasileiro, é fundamental reconhecer que a vulnerabilidade externa aumentou em todas as áreas, o que acabou tendo um efeito multiplicador. Como a economia brasileira está débil em todas as esferas, o país ficou extremamente vulnerável.

Na história do Brasil sempre se observava que, quando algum governo abria uma área, ele fechava outra. Abria, digamos, a área comercial, mas fechava a monetário-financeira. Abria a monetário-financeira, mas fechava a comercial. Abria a produtiva real, fechava a tecnológica. Vou pegar o exemplo dos militares, no governo Geisel (1974-1979), que é o último momento de um plano de desenvolvimento com contorno mais ou menos definido. A estratégia foi reduzir a liberalização nas esferas comercial e tecnológica. Mas, ao mesmo tempo, houve maior abertura nas esferas financeira (daí o crescimento da dívida externa) e produtiva (abriram para as multinacionais via modelo tripartite). Resultado, a história do Brasil sempre foi o país caminhar com uma vulnerabilidade parcial. Abria-se uma ou duas áreas e fechava-se as outras. Fernando Henrique “abriu geral”, em todas as esferas. Só que quando se somam as quatro esferas a vulnerabilidade não foi multiplicada por quatro. Na realidade, ficamos com quatro elevado a quatro, porque uma acaba contaminando a outra, isto é, houve um crescimento exponencial da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Retornemos ao conceito de africanização do Brasil sob a responsabilidade de Fernando Henrique. A condição necessária para se acabar com a africanização do Brasil é ir na origem daquela trajetória descrita, isto é, parar com a liberalização e revertê-la. Ponto importante: não é um problema estritamente comercial. Vale repetir, a esfera comercial é a menos importante. É fundamental atuar nas esferas financeira, monetária, produtiva e tecnológica. Como fazer isso? Há várias medidas, boa parte delas é relativamente simples, com uma folha de papel A4 toma-se a decisão que se publica no *Diário Oficial*. Uma carta circular do Banco Central, restringindo o investimento em Bolsa de Valores, é uma folha de papel A4. Resoluções do Conselho Monetário Nacional são tomadas por três pessoas via telefone. Quem ganhou ganhou; quem perdeu perdeu. Outras medidas precisam de um arcabouço jurídico-institucional um pouco mais sofisticado, como, por exemplo, criar uma agência reguladora de capital estrangeiro.

A *sexta restrição* envolve as *deformações institucionais*. Tenho a impressão de que precisamos de reformas institucionais fundamentais em pelo menos cinco áreas. Primeiro, o aparelho repressivo do Estado (Judiciário, Forças Armadas e polícia). A desigualdade de direitos civis no Brasil é chocante. Trata-se da polícia e do Judiciário. Dom Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, tem uma frase que é genial e resume a situação: “O Brasil tem dois códigos, o Civil, que é para proteger gente como nós, que somos, que temos e que sabemos – na realidade, os cidadãos –, e tem o Código Penal, que é para perseguir aqueles que não são, não têm e não sabem”. Ainda no que se refere ao aparelho repressivo, temos as Forças Armadas. Por um lado, o militar brasileiro tem um elemento positivo de nacionalismo; por outro, o reacionarismo nas Forças Armadas brasileiras parece um problema genético! Isso é um problema, pelo menos potencial.

Precisamos, ainda, de reformas do aparelho ideológico do Estado. A universidade brasileira é uma instituição que vem se degradando nos últimos anos. A culpa é, sem dúvida alguma, do governo Fernando Henrique, com falta de investimentos etc. Entretanto estou na universidade há 30 anos e tenho uma hipótese que tem muito a ver com a origem de classe de quem manda na universidade, que são os professores e os pesquisadores. Boa parte da intelectualidade brasileira tem origem na classe média. E, nesses últimos dez, quinze anos tem havido crescente insegurança na classe média. Dentro da universidade a classe média desenvolveu mecanismos de proteção altamente corporativos, que são destrutivos da institucionalidade. Estou convencido, hoje, de que parte expressiva da responsabilidade da degradação institucional da universidade brasileira, principalmente as instituições federais de ensino superior, tem a ver com a conduta dos seus próprios membros, funcionários e, em especial, professores. É claro que o governo federal tem uma influência importante. O fato é que precisamos que esse processo de degradação seja revertido.

Os meios de comunicação têm um potencial desestabilizador muito grande. Se não houver uma institucionalidade que, de alguma forma, segure a venalidade e a sordidez dos meios de comunicação no Brasil, ninguém vai tomar qualquer decisão firme neste país que contrarie os interesses da elite econômica. E, se tomar, não conseguirá implementá-la. Para ser objetivo, ninguém, por mais corajoso que seja, botará sua assinatura num documento público sabendo que ele vai atingir a medula da elite e que, no dia seguinte, os meios de comunicação vão desmoralizá-lo pessoalmente. Resultado, a mídia brasileira (altamente concentrada em poucos grupos) é uma restrição ao processo democrático e, portanto, precisamos de reformas urgentes nessa área.

O sistema financeiro é outro que precisa de reforma. Para termos concorrência no sistema financeiro é fundamental ter grandes bancos

estatais disputando com grandes bancos privados. Como parte da herança trágica de Fernando Henrique, temos a desnacionalização do setor bancário brasileiro. Os bancos internacionais têm fontes externas de poder que os bancos privados nacionais não têm. Por exemplo, uma *newsletter*, uma publicação institucional de um banco estrangeiro, tem uma capacidade de desestabilizar o Brasil muito superior a de qualquer banqueiro brasileiro. Se um analista de um banco estrangeiro faz uma observação sobre mercado de câmbio no Brasil ou sobre outra coisa qualquer, isso tem um efeito de formação de expectativa, ou de desvio de expectativa, muito forte no país. Portanto, a forte presença de bancos estrangeiros no Brasil é um problema sério.

Ainda com relação aos bancos, cabe mencionar a questão do financiamento, mais especificamente das operações de crédito. No Brasil, o setor imobiliário e o setor rural respondem por 80% das operações de crédito dos bancos públicos, sendo que as participações correspondentes são 15% para os bancos privados nacionais e 11% para os bancos estrangeiros. Então, precisamos de políticas ativas de redirecionamento do crédito, isto é, políticas mais afirmativas nesse sentido.

A *sétima restrição* refere-se à *acumulação de capital*. O projeto de expansão do mercado interno de consumo de massas precisa da ampliação rápida e consistente da oferta, isto é, da acumulação de capital. Antes de expandir a demanda, é necessário aumentar o potencial de oferta. O Estado precisa de mecanismos para acelerar o processo de acumulação de capital, além do seu próprio investimento e da oferta de financiamento de longo prazo. Um desses mecanismos é o uso social do excedente econômico. Quando há excedente (é óbvio que se deduzem os impostos), a empresa pode distribuir lucros e dividendos, aplicar em títulos públicos, terra, equipamentos etc. O uso social ocorre quando parte do excedente é compulsoriamente reservado para o trabalhador (par-

ticipação nos lucros), o aumento da produtividade (via inovação) e a acumulação (formação de capital fixo). Parte do excedente pode ser direcionado, por meio da regulação estatal, para a acumulação de capital. O Estado tem que planejar, organizar, induzir, decidir, estimular esse uso social do excedente. Não há dúvida de que o Brasil precisa de uma acumulação de capital muito acelerada. O Brasil precisa de taxa de investimento “padrão-China”. A taxa de investimento do Brasil, hoje, está em torno de 19%, na China é de 38%. Então, somente teremos essa taxa se a “locomotiva” for o investimento público, se houver financiamento de longo prazo para o pequeno e médio empresário, e se induzirmos o núcleo duro do capitalismo brasileiro a ter uma acumulação acelerada.

A *oitava restrição* trata da *política externa*. Até agora tratamos especificamente de restrições de natureza interna ao projeto de orientação socialista (com exceção do passivo externo). Passemos à dimensão externa. O Brasil precisa de uma política externa compatível com uma inserção ativa no sistema econômico internacional. A “desimportância” do Brasil no cenário internacional é um fato. No âmbito da diplomacia, já houve quem dissesse que o Brasil “não tem excedente de poder”. O país não tem força, nem projeção internacional. A influência do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) é nula. No Fundo Monetário Internacional (FMI) a influência brasileira é “negativa”. O país não tem credibilidade, não tem influência, não tem prestígio, não tem projeção porque é vulnerável.

O que significa isso? Quando não se tem força e, ao mesmo tempo, se procura alguma independência, há a alternativa de se tensionar os adversários. Para começar, pode-se tentar colocar na agenda internacional os “não-temas”. Levar para dentro da OMC, do FMI, do Banco Mundial os “não-temas”. Teremos sucesso? Muito provavelmente, não. Mas, quando se tensiona, criam-se incômodos e, portanto, passa-se a ser conside-



rado e, até mesmo, respeitado e, talvez, temido. Isso até o dia em que tivermos algum tipo de poder efetivo no cenário internacional, o que vai demorar uma década, pelo menos.

Ainda com relação à questão da política externa, a estratégia de “tensionar o adversário” pode ser detalhada em diferentes áreas. O principal tema da agenda internacional atual é a reforma dos sistemas financeiro e monetário em decorrência da reunião das Nações Unidas no México prevista para abril de 2002. Para ilustrar a estratégia de “tensionamento”, preparei um texto técnico tratando de propostas e temas relacionados à globalização financeira, que foi enviado para os debatedores. Uma versão desse texto está sendo publicada no exterior⁴. Por exemplo, nele propomos tornar ilegais os paraísos fiscais, bem como sugerimos o fechamento do FMI. Esse texto é bastante técnico na área de finanças internacionais e não vale a pena entrar em detalhes neste fórum.

Inserção internacional: política bilateral – O fato fundamental é que a política externa do Brasil precisa de uma mudança radical. A nova diretriz é a seguinte: precisamos focar nas políticas bilaterais. O Brasil tem que ter um perfil baixo nos organismos multilaterais porque não tem poder. Então, tem que centrar fogo em políticas bilaterais. O que é política bilateral? No fundo é o toma-lá, dá-cá (*tit-for-tat*, no jargão técnico).

O Brasil tem que manter perfil baixo nos esquemas multilaterais e deixar de lado os plurilaterais (sub-regionais ou inter-regionais). Mais especificamente, a idéia é rejeitar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A ALCA é, realmente, um projeto do tipo “raposa no galinheiro”. O Brasil pode entrar numa armadilha jurídico-institucional muito grande. Se queremos exportar para o mercado norte-americano, devemos negociar bilateralmente. Nas negociações bilaterais devemos deixar de lado temas como liberalização e desregulamentação de serviços e

4. “International Financial and Monetary Systems: An assessment from the South”, *Finance & Common Good*, Genebra, nº 6, 2001, p. 46-50.

investimentos. Esses temas implicam o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Essa diretriz também se aplica ao contexto regional latino-americano. O Brasil deve ter um desengajamento gradual do Mercosul. Defendemos essa tese em livro recente⁵. O Mercosul cria mais problemas do que resolve. Por quê? A América Latina, de modo geral, está envolvida em projetos neoliberais, que são exatamente aqueles que nós rejeitamos. É ingenuidade imaginar que fazendo aliança com argentinos, paraguaios e uruguaios aumentaremos nosso poder de barganha para negociar com os norte-americanos. Negociar em bloco com esses países significa ser capturado em uma armadilha do tipo “dormindo com o inimigo”. Não podemos esquecer que não somente esses países têm projetos neoliberais, como suas elites têm um baixo custo de cooptação. Então, esse esquema sub-regional latino-americano (Mercosul) é equivocado.

Não dá para confiar na atual classe dirigente latino-americana. Da mesma forma, para implementar uma política externa independente, nenhum país pode, atualmente, confiar na classe dirigente brasileira (nós também não confiamos). O problema é que se nós mudarmos primeiro, teremos de partir do seguinte fato: lá na Argentina tem um Fernando Henrique, que é o Fernando de la Rúa. O Uruguai e o Paraguai têm os seus Fernandos Henriques⁶. Não dá para confiar neles. Eles são cooptados a um preço muito baixo. A elite latino-americana custa muito pouco para Washington. O pessoal do Tesouro norte-americano sabe disso.

Qual é o nosso problema com a Argentina? É voltar a 1986, isto é, fazer protocolo bilateral. Qual é o interesse? É automóvel, autopeça, laticínio e petróleo? Então, é toma-lá, dá-cá. Fazemos os acordos, e não é preciso montar um esquema de política comercial (tarifa externa comum) que reduz nosso grau de liberdade. O restante é “lorota” jurídico-institucional. A idéia de coordenação macroeconômica é risível. Então, a

5. *O Brasil e o comércio internacional*. São Paulo, Ed. Contexto, 2000.

6. Os resultados das crises institucionais e das eleições latino-americanas mais recentes não prometem um quadro otimista na América Latina, com a exceção, naturalmente, da vitória do PT nas eleições presidenciais no Brasil em 2002.

estratégia é um desengajamento gradual do Mercosul. Essas idéias a respeito de política externa brasileira estão apresentadas em detalhes no meu livro já mencionado.

Em síntese, temos oito restrições fundamentais a um projeto de orientação socialista no Brasil no futuro próximo. Essas restrições envolvem desequilíbrios sérios de estoque: concentração de riqueza, dívida externa e dívida interna. Há problemas estruturais graves: desigualdade, vulnerabilidade externa e deformações institucionais. E, ademais, precisamos de estratégias urgentes para a acumulação acelerada de capital (financiamento e uso social do excedente) e inserção ativa no cenário internacional (política externa independente).

Comentários

Tânia Bacelar

Projeto de nação e inserção soberana – Boa tarde a todos. Quero, primeiramente, agradecer o convite para participar deste seminário.

Concordo plenamente com algumas das afirmações centrais de Reinaldo Gonçalves. A primeira é que talvez o grande desafio brasileiro seja a forma de inserção submissa no cenário mundial, que não é nova, mas se tornou mais aguda recentemente. E isso é uma herança que cria sérias dificuldades para pensarmos um projeto diferente para o país, um projeto, como disse Reinaldo, de orientação socialista.

Acho que perdemos o debate ideológico, nesse ponto, nos últimos tempos. Foi vitoriosa a visão de que a tal globalização era um fato inexorável e que diante dela só tínhamos uma postura, que era nos submeter aos interesses dos grandes agentes mundiais. Claro que houve resistências nesse debate. Paulo Nogueira Batista Júnior, por exemplo, em seu texto “Os mitos da globalização”⁷, tentou resistir, mas o pensamento que predominou no país (nossos segmentos empresariais, parte da academia brasileira etc.) vendeu ao povo brasileiro a visão hegemônica da globalização como algo inevitável, diante da qual nada se pode. Nesse aspecto há um debate que tem de ser enfrentado e que

7. BATISTA JR., Paulo Nogueira. “Os mitos da globalização”. *Estudos Avançados*, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, nº 32, 1998, p. 125-186.

tem a ver com a segunda, e talvez central, afirmativa de Reinaldo, de que temos um grau de liberdade maior do que pensamos ter, no que também concordo com ele.

A pergunta é: por que não praticamos esse grau de liberdade, se é que o temos? É somente por essa leitura que nos impuseram de que diante desse novo ambiente a única postura era a da submissão?

Como acho que essa submissão vem de muito tempo atrás, creio que temos de olhar também para dentro do país, sem o que não teremos uma resposta. Quando olho para dentro do país, e não somente para a inserção brasileira no cenário mundial, acho que, infelizmente, o projeto das elites brasileiras não é um projeto de nação, mas de integração seletiva do país, interna e externamente. Esse talvez seja o grande problema.

Ainda não conseguimos, como nação, ter força suficiente para virar esse jogo, porque mesmo nos momentos em que contestamos o que era imposto ao Brasil, o processo de inserção que fizemos foi seletivo internamente. Só vamos conseguir uma inserção mais soberana quando a sociedade brasileira tiver como objetivo construir um projeto mais integrador do que o que tem sido construído. Nunca me esqueço do dia em que Mao Tsé-tung morreu. Na época, um jornalista francês, enquanto as pessoas velavam o corpo, perguntou a um velhinho que estava na fila esperando para passar na frente do esquife o que Mao havia legado à China. Ele não disse que Mao tinha legado à China a experiência do socialismo. Ele respondeu: “Mao recolocou a China de pé. Nós hoje somos donos da nossa vida”.

Esta postura de se colocar de pé falta ao Brasil. Acho que este é um ponto de discussão importante. E não depende dos outros, depende de nós, da vontade do conjunto de brasileiros de ser uma nação fundada numa sociedade mais homogênea, e essa vontade tem sido bloqueada pelas elites brasileiras.

Essa é uma discussão que devemos ter, e sua construção passa por alguns pontos listados por Reinaldo Gonçalves do que seria um projeto socialista. Discordo um pouco quanto à sua segunda afirmação. Talvez nossa margem de manobra para termos uma inserção mais soberana não se restrinja somente porque não pesamos no contexto mundial. Pelo contrário, acho que temos um certo peso no contexto mundial, que deveríamos usar. Claro que o que acontece com o Brasil não mexe com o núcleo duro da economia mundial; nós não somos os Estados Unidos ou a União Européia.

Mas o Brasil tem uma certa influência e não a usa, ao contrário da China. Já construímos certos avanços e dispomos de potenciais que não usamos. E minha interpretação é que não os utilizamos porque o projeto atual se funda numa proposta de integração submissa. E, sendo assim, nem percebemos o potencial que temos.

Quando Dílson Funaro⁸ decretou a moratória, em fevereiro de 1987, por coincidência alguns meses depois estive nos Estados Unidos em um programa de visitas organizado pelo governo, no qual entrevistávamos os dirigentes do país; éramos quatro economistas convidados. Quando chegamos ao núcleo duro do poder decisório, os dirigentes diziam sempre que havíamos decretado a moratória, mas não permaneceríamos nela porque não éramos o México ou o Uruguai; éramos o Brasil, e eles não deixariam que o Brasil continuasse com a moratória pela importância de nosso país. Eles tinham uma leitura clara do nosso potencial de contestação.

Concordo que temos um grau de liberdade maior do que nós exercemos e não é só porque não somos definitivos para equilibrar ou desequilibrar o cenário mundial, mas porque nós não nos damos conta do potencial que temos, quer dizer, nossos negociadores não se dão conta desse potencial.

8. Dílson Funaro (1933-1989). Ministro da Fazenda (1985-1987) do governo Sarney, implantou o Plano Cruzado, que congelou preços e salários, e decretou moratória dos pagamentos externos do país.

Atuar em níveis local, nacional e mundial – O Brasil poderia ter uma inserção muito mais ativa do que tem, usando alguns trunfos que temos e não usamos. Portanto, a inserção submissa não se dá só porque os outros nos submetem, mas porque nós nos submetemos. A elite brasileira também se submete; ela não valoriza esses outros cacifres porque também interessa a ela a inserção submissa. A verdade é que a elite brasileira quer fazer parte do Primeiro Mundo e não se preocupa com o resto da nação. Infelizmente vivemos num país onde predomina essa visão. Enquanto não mudarmos essa visão, enquanto não mostrarmos que temos um grande potencial, será difícil construirmos uma inserção mais ativa.

Devemos fazer uma leitura mais positiva do que já fomos capazes de construir e descobrir quais são as nossas forças, qual é o nosso poder de fogo, em que podemos resistir mais do que resistimos. Precisamos de recursos hoje para financiar nosso déficit externo? Precisamos. Podemos ter uma política ativa de captação de recursos? Podemos. Temos? Não. Poderíamos estimular quem quer investir no Brasil em segmentos que sejam exportadores ou que sejam substitutivos de importações? Poderíamos e não o fazemos. Deixamos que os investidores externos decidam onde investir. E se tivéssemos essa política afugentáramos o investimento direto dos estrangeiros? Não, outros países o fazem, tendo menos trunfos do que o Brasil, e não os afugentam. Novamente a China é um bom exemplo. A lei de entrada de capital estrangeiro na China é quase um livro. Eles sabem tirar partido do que é um de seus pontos positivos (o enorme mercado que representam). O mercado brasileiro também é um trunfo.

Gostaria de fazer uma segunda contestação. Acredito que no mundo, hoje, temos que atuar em várias escalas. Dada a forma como o mundo se organizou, é preciso atuar nas escalas local, nacional e mundial.

Reinaldo Gonçalves trabalhou aqui mais a necessidade de articulações em escala mundial, em vários dos mecanismos de regulação, talvez por-

que estivesse mais centrado na dinâmica do capital financeiro, o que o obrigou a discutir mecanismos, instâncias, instrumentos de regulação em escala mundial.

Ele me pareceu mais centrado em mecanismos, institucionalidades, instrumentos de regulação em escala nacional e mundial.

Discordo dessa história de que deveríamos abandonar o Mercosul. A Argentina não é Domingos Cavallo⁹, como o Brasil não é FHC. A nossa aliança não é com Cavallo, é com as forças que resistem a Cavallo na Argentina. Agora, Brasil e Argentina juntando as forças que aqui resistem a FHC e que lá resistem a Cavallo teriam um peso relativo maior do que o Brasil sozinho. Acredito que é necessário rediscutir essa questão, quer dizer, o nosso projeto precisa passar pela América Latina.

A América Latina precisa do peso relativo do Brasil, e neste ponto fiquei em dúvida sobre o que Reinaldo Gonçalves falou. Quer dizer, o nosso projeto de Brasil socialista é um projeto isolado de Brasil, negando essa luta que existe na América Latina? Não entendi. Prefiro não ter entendido. Fiquei com essa dúvida porque acho que temos que discutir instâncias, mecanismos e instrumentos de regulação que são mundiais. Não vamos poder discutir mais a regulação de mercados estratégicos que Reinaldo listou, em escala nacional. Por exemplo, não podemos discutir a defesa da natureza do ponto de vista nacional. Ela é, cada vez mais, uma luta mundial. As instâncias de regulação são mundiais. Ou temos força para mudar, em escala mundial, o padrão de relação homem-natureza que predominou nos últimos séculos, ou não vai dar para fazer isso em escala nacional. E, no caso do Brasil, ainda há a questão da Amazônia.

Acho que na nossa discussão falta definir onde devemos centrar fogo nos mecanismos de regulação em escala mundial e em escala nacional. Como juntamos os dois, já que estamos fadados a ter de trabalhar com

9. Ex-ministro da Economia da Argentina nos governos de Carlos Menem (1989-1999) e Fernando de la Rúa (1999-2001). Foi o autor do plano de combate à inflação baseado na paridade entre o peso e o dólar, adotado em 1991. (Nota do Editor)

múltiplas escalas? Não dá mais para fazer o esforço que foi feito até agora de trabalhar somente em escala nacional.

Gostaria de fazer um último comentário. Acho que uma grande dificuldade no Brasil é que, quando observamos o país no âmbito regional, nossa tendência é olhar a partir do que foi construído recentemente, que foi um processo de construção muito concentrado em regiões específicas. Por isso, o máximo que conseguimos é propor políticas diferenciadas para as outras regiões. É como se fôssemos a Alemanha, e não somos. Na Alemanha cabe tomar esse tipo de atitude. Quer dizer, o que a Alemanha está fazendo hoje é um esforço de atrair investimentos da Alemanha Ocidental para a Alemanha Oriental.

É importante fazer isso no Brasil? É. Mas é insuficiente. Acho que outra grande dificuldade no Brasil é vermos a heterogeneidade regional do nosso país não como um problema, mas como um enorme potencial, e não conseguimos fazer isso; no máximo, conseguimos ter políticas adicionais vistas sob a perspectiva regional. Mas não conseguimos dar conta da fantástica riqueza em cima da qual vivemos, que é o fato de sermos um país heterogêneo, de termos possibilidades de arranjos locais os mais diferenciados e tratar isso como potencialidades, e não como políticas compensatórias, suplementares.

Acho que a construção de um país socialista seria muito mais fácil se conseguíssemos virar a mesa também nesse ponto. Por exemplo, ver que o Nordeste, que só vemos como um problema, oferece um fantástico potencial para sermos um dos países fruticultores mais importantes do mundo; mas não conseguimos ver isso. Conseguimos, quando muito, destacar alguns pequenos investimentos para colocar naquela região. Isso é próprio da cultura brasileira, da visão que temos de país. Acho que esse é um outro grande desafio a ser superado. Obrigada.

Comentários

Ronald Rocha

Construir uma nova força social ampla – Boa tarde. Agradeço ao *pool* que associa o Instituto Cidadania com a Secretaria Nacional de Formação do PT e a Fundação Perseu Abramo pelo amável convite a mim dirigido e pela oportunidade ímpar de participar de um seminário com presenças tão qualificadas.

Quando fui informado sobre o tema proposto, convenci-me de que o centro do debate seria, de fato, a globalização financeira. O texto a nós enviado por Reinaldo reforçou tal convicção. No entanto, agora, após ouvir atentamente sua abertura, que optou por privilegiar outro assunto, sinto que estamos sem um lugar definido: um pouco ao mar, um pouco à terra. No que me concerne, continuarei atento à primeira proposição, não apenas porque é provável que os demais participantes tenham se preparado, igualmente, para abordá-la, como também porque prefiro aproveitar o ensejo de trocar idéias sobre os acontecimentos transcorridos, mundialmente, nos últimos 30 anos, em torno da questão nomeada no título original, cuja importância estratégica é de enorme incidência para o movimento socialista contemporâneo.



No âmbito da esquerda e, mais amplamente, nos setores democráticos de um modo geral, não tem havido um consenso sobre o que vem sucedendo no terreno das finanças “globalizadas”, sobretudo quando se trata de apreender os processos reais na esfera abstrata dos conceitos. Há diferenças e até divergências explícitas. Hoje estamos tendo a excelente oportunidade para aprofundar uma discussão que já deveria ter sido enfrentada, frontalmente, há pelo menos duas décadas.

Começo destacando, no texto inicial do expositor, um fio condutor com o qual me identifico. Ao contrário do que ocorreu nos últimos tempos, naquela época de hegemonia do “pensamento único” incontestado, Reinaldo não adota, como fulcro da explanação, a temática da “desterritorialização”, que, em muitos autores, aparece relacionada com as teses de contração do espaço e do tempo, de eliminação da questão nacional e até mesmo de falecimento do Estado como processo histórico, fato sociopolítico e categoria analítica. Tais formulações, no mínimo, enfraquecem a luta dos povos contra os poderosos centros financeiros internacionais e desconstituem a resistência nacional, tão necessária nos dias de hoje quanto tem sido nos últimos séculos de dominação colonial e, depois, imperialista.

Todavia, não basta registrar os efeitos deletérios dessas opiniões, até porque poderiam expressar uma objetividade a ser considerada, em vez de apenas um mito. É preciso ir além da simples refutação baseada em conseqüências político-práticas, por mais justa que seja. Como nação e Estado são processos solidamente fincados na realidade, a tentativa de desconstrução categorial de seus elementos constitutivos, presentes nas formações sociais capitalistas contemporâneas, sugere mais uma aplicação do tristemente célebre adágio nietszchiano: “Não há fatos, mas apenas a interpretação dos fatos”.

Trata-se de uma curiosa utopia cosmopolita burguesa, que se apossa do apelo ao imaginário feito pelo internacionalismo emancipatório para –

utilizando, em outra acepção, as palavras de Robert Kurz – degenerá-lo de maneira “*errada e negativa*, dentro do invólucro capitalista do sistema mundial produtor de mercadorias [...] na forma de um *comunismo das coisas*”¹⁰ transnacionais, que afirma suprimir as fronteiras tão-somente para subordiná-las, pragmaticamente, aos desígnios dos poderosos interesses dominantes.

Ao contrário desse *tour de force* subjetivista e irracionalista, o texto de Reinaldo se preocupa com a questão nacional em vários momentos. Por exemplo, ao afirmar que as finanças globais estão fora de controle por parte dos governos nacionais. Ao dizer que os países, inclusive os chamados desenvolvidos, padecem de grande vulnerabilidade financeira externa. Ao frisar que a regulação no topo do mundo burguês, por meio das instituições financeiras mundiais, poderá ser útil, mas não substitui as regulações públicas nacionais. Ao repudiar a idéia de que o FMI e outras instituições deveriam ter acesso privilegiado a informações confidenciais sobre a situação dos diversos países. E assim por diante.

Trata-se de uma concordância significativa, fundamental para que os sujeitos revolucionários reflitam sobre uma estratégia capaz de abordar a luta democrático-popular no Brasil com a perspectiva do seu desdobramento rumo à construção de uma sociedade socialista. Há, todavia, diferenças de sensibilidades e, talvez, de opiniões. Passo a abordar algumas delas, não sem antes registrar: outras tantas foram dissipadas pela intervenção de abertura, que, mesmo deslocando a centralidade temática original, acabou enriquecendo o debate e trazendo contribuições positivas.

O conceito de “globalização” – Destaco o termo “globalização”, que o texto de Reinaldo adota e cujo uso hoje tornou-se, digamos, senso comum, inclusive em boa parte da esquerda. Semelhante conceito – que nasce no final da década de 1970 e é filho direto das Business Management

10. KURZ, Robert. *O colapso da modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1992, p. 223.

Schools de Harvard, Columbia e Stanford – apropriou-se da então novíssima terminologia contida na teoria da comunicação de McLuhan, na qual pontificava a idéia de aldeia global, e logo se colou ao discurso neoliberal. E o fez de forma tão pegajosa que reforçou, entre seus críticos, a convicção de que nada tem de neutro.

A palavra mágica “globalização”, como é próprio das categorias políticas – especialmente daquelas que sintetizam fenômenos e concepções marcantes –, possui uma forte carga subjetiva e uma enorme repercussão ideológica. Expressa a apologia de um mundo capitalista sem fronteiras e absolutamente disponível ao lucro, sem peias de qualquer ordem. Tenta infundir a ilusão de que seria um processo portador de uma essência benéfica e sem mazelas. Sugere algo irreversível, diante do qual só seria possível adaptar-se.

Ademais, é cheia de conotações valorativas que mistificam e *glamourizam* o progresso técnico atual, bem como as relações sociais e os preconceitos que o têm acompanhado. Sua fluidez é um terreno propício para os recorrentes apelos ao relativismo, ao fim da moral – inclusive da ética como momento filosófico que a tematiza –, à exaltação de uma certa concepção de estética que substitui os conteúdos da ação social, à dissolução do dever no hedonismo e a uma visão de política de corte instrumental e hostil aos valores e práticas emancipatórios.

A utilização inconsciente e modista desse conceito – carente de qualquer abordagem crítica aos instrumentos e instituições de hegemonia controlados pelos inimigos do mundo do trabalho, da esquerda, das grandes majorias miseráveis, enfim, dos “perdedores” escolhidos e condenados pelo darwinismo social-mercadológico em voga – deixa o trânsito livre à forma de pensar e de agir dominante. Doravante, pois, sempre que o presente comentário referir-se à “globalização” estará nomeando um processo que engloba e realça o projeto hoje hegemônico, com toda sua carga político-ideológica.

Quando for o caso de remeter ao processo objetivo de expansão das relações socioeconômicas burguesas, necessário e inevitável no interior do domínio da reprodução metabólica do capital, será utilizada a palavra mundialização, entendida como etapa contemporânea da internacionalização do capital e, portanto, como categoria menos vaga e menos suscetível à manipulação. Caso não se pretenda priorizar a discussão conceptual, poderão ser utilizados os termos “globalismo” e “globalização” de maneira mais frouxa, mas sempre com as doses necessárias de prudência e distanciamento crítico, como frequentemente o fazem os sujeitos participantes no Fórum Social Mundial.

Nesse sentido, a mundialização deve ser objeto de um tratamento mais cuidadoso. A própria esquerda necessita desse rigor para não tomar gato por lebre. Embora tenha, em certa medida, procedência, parece-me insuficiente afirmar que seria a convergência internacional entre as crescentes afluências de bens, serviços e capital, competitividade na economia mundial e integração entre a economia nacional e os agentes econômicos. Tais processos já existem pelo menos desde o século XIX e se tornaram acelerados na passagem ao século XX. Como são antigos, mostram-se precários para explicar o objeto em foco, que ocorreu caracteristicamente a partir do início da década de 1970.

As próprias determinações da “globalização” devem ser mais bem definidas, o que implica, ao menos, esboçar algumas de suas singularidades. Consideremos, por exemplo, o progresso tecnológico. Ora, semelhante processo sempre existiu na sociedade capitalista como traço fundamental. De modo nenhum pode ser tido como algo recente. Consideremos também o mercado. O capital, seja na sua infância, seja na sua maturidade, precisa sempre regenerá-lo para continuar crescendo. A economia o tem como necessidade ontológica, já que, na sociedade atual, é o fim precípua de toda produção e o meio de realização do lucro. Assim, tais causalidades

genéricas e permanentes são impotentes para explicar o fato concreto e datado em questão.

Fala-se também que outra determinação seria o binômio desregulação-liberalização, o que não deixa de ser parcialmente correto. Porém, sendo a única causa dotada de singularidade, corremos o risco de ver o processo de “globalização” como decorrência de uma atividade meramente político-cultural, algo puramente volitivo, sem vinculação com a práxis histórico-social, com o desenvolvimento das relações de produção modernas, com o capitalismo na sua dimensão de sociabilidade objetiva, que lhe são precedentes e ambientais. Estaria desconstituída a noção de ser social, numa concepção cuja tipologia só não pode ser tida como hegeliana porque a constituição do real pela mera objetivação de idéias e valores vem sendo marcada pelo atual clima de irracionalismo e rechaço ao pensamento abstrato.

As determinações da mundialização merecem um enfoque mais circunstanciado. Para detectá-las, é importante destacar não a generalidade, mas o momento específico no desenvolvimento das forças produtivas e do processo tecnológico em que o trabalho humano atinge um patamar extraordinário de qualificação e em que os meios modernos, em particular a robótica e a telemática, permitem novas possibilidades no âmbito da indústria, da circulação e do gerenciamento da economia burguesa. Importa registrar que a nova objetividade instalada no âmago da sociedade alienada tende a reforçar uma certa consciência dicotômica sobre a multiplicação das riquezas e da vida, só capaz de “perceber” a produção como se estivesse alocada em lugar subalterno e decadente.

A velocidade impulsionada pelos instrumentos informáticos, nesse particular, está para o mundo natural e para a base produtiva do capital hodierno muito mais distante do que, por exemplo, os movimentos retilíneos da mecânica newtoniana estariam para a visão de natureza e as práticas empresariais do passado. Surgiu, assim, um paradoxo: enquanto a base

física da produção se movimenta de modo lento relativamente à esfera monetária, essa última o faz de maneira extraordinariamente veloz em face da primeira, por causa das novas tecnologias, intensificando a ilusão de que a circulação financeira seria um fenômeno absolutamente autônomo *vis-à-vis* à substância da transformação mercantil.

Tal quimera é compatível com o anseio magnata-financeiro de lucrar sem o estorvo da contestação proletária, que estaria em decadência pela extinção do mundo da produção direta. Chocando-se contra a ética do antigo “espírito do lucro” – o *geist* que, para Sombart, pressupunha o esforço edificante –, os intelectuais neoconservadores falam em sociedade pós-industrial. Mesmo à esquerda ganhou certa audiência o discurso, ingênuo e sem base científica, segundo o qual a centralidade ontológica do trabalho na sociedade foi ultrapassada e, agora, teriam mais importância política os “sujeitos alternativos”. De modo geral, semelhantes vulgaridades, que ganharam audiência na crise do movimento comunista, estão conectadas ao pensamento neoliberal e se revelam muito úteis à estratégia de pretensas liquidação do movimento revolucionário e eternização da opressão burguesa.

Na realidade, ocorre que o intenso surto tecnológico dos 30 últimos anos incorporou novos instrumentos às forças produtivas e aumentou aceleradamente o potencial do trabalho. Todavia, de fato, subtraiu valor de uso à capacidade transformadora de grande parte dos assalariados, ainda ligados ao modo de transformar associado ao fordismo. O resultado foi a emergência de novos ramos e tipos de relacionamento no interior das empresas. Mudou sensivelmente o perfil do proletariado, ao passo que, ampliando como nunca o trabalho morto, converteu o desemprego em chaga social.

Entretanto, a produção continua fundando a reprodução do capital. Por mais que siga mecanismos complexos e por maior que seja sua aparência virtual, o lucro financeiro não passa de apropriação de uma alíquota

da mais-valia socialmente criada. O trabalho, em vez de retrair-se, acentua mais ainda sua centralidade por meio da expansão da produtividade, da industrialização dos serviços, do assalariamento generalizado e do carácter social da produção, mesmo que, às vezes, mascarada pela informalidade e até pela ilegalidade. Tal processo objetivo, universalizado pela mundialização, é abordado e ampliado pela “globalização”, que oferece a justificativa ideológica e os instrumentos políticos para o aniquilamento dos direitos sociais – sob os apelidos de liberalização e desregulação – e o *boom* da precarização.

Existe, ainda, outro vetor significativo da mundialização: diferentemente do que ocorreu no início do século xx, quando o surgimento e a expansão do imperialismo foi a forma dominante da internacionalização capitalista rumo a novos espaços a serem preenchidos – mas sem ocupá-los integralmente com as relações de produção, circulação e consumo mercantis –, nos últimos 30 anos se completou a presença planetária da reprodução metabólica do capital financeiro e de sua racionalidade característica.

Uma das conseqüências dessa mudança de patamar foi a redefinição do processo de marginalização humana, que hoje assume o conteúdo de uma exclusão interior ao sistema – e, portanto, paradoxal –, ao contrário da anterior inclusão, mais ou menos coercitiva, de sociedades capitalistas retardatárias, antigas colônias e até mesmo civilizações ainda externas ao processo de “ocidentalização”. Sem essa nova forma de ser, densa e planetária – logo, universal –, das relações burguesas, sem tal processo abrangente e ilimitado, não seria possível o deslanche da mundialização como evento singular.

Outra determinação, presente num momento histórico preciso: o fim de uma fase de acumulação ininterrupta e o começo da crise de longo curso no início da década de 1970, a partir da falência do fordismo, do capitalismo de Estado, do keynesianismo e do sistema de Bretton Woods.

A bancarrota do antigo contrato imperialista – gerado na primeira metade do século xx e consagrado ao fim da Primeira Guerra Mundial – provocou, por parte dos grupos oligopolistas-financeiros, a necessidade de construir um novo padrão de reprodução ampliada, formulando o projeto político-ideológico “globalista” e impulsionando, rumo a um novo patamar, o processo de internacionalização do capital.

Finalmente, no plano subjetivo, os arautos da resposta neoconservadora vêm na “globalização” o signo do poder absoluto e incontestado de um mitológico capital sempiterno, ao qual não se poderia resistir. Entretanto, o próprio neoliberalismo surgiu não como manifestação de uma potência absoluta da ordem vigente, mas como tentativa de reordenação, de reconstituição acumulativa e, portanto, como resposta política ao padrão capitalista em bancarrota. Por tal motivo, faz sentido afirmar que hoje há uma crise dentro da crise.

Há, todavia, entre os apologistas da “globalização”, algumas afirmativas que possuem certa pertinência. Sem ratificar seus exageros idealistas, é verdade que o fenômeno vai além da questão econômica: transita pela política e tem um forte componente cultural. Já no que se refere às profecias, não há como transigir com o engodo. É absolutamente falsa a idéia de que seria um processo eterno. De fato, como projeto que supõe uma ideologia, é temporal, logo passageiro. Mas a internacionalização do capital, nos marcos da sociabilidade burguesa, isto é, sob as relações capitalistas tais como hoje se desenvolvem, é irreversível. Não há como voltar atrás. Só existem duas alternativas: continuar no seu interior ou sair para a frente.

Portanto, a questão central seria, não realizar uma simples inserção soberana na “globalização” – como se fosse possível compatibilizar a soberania nacional de um país dependente com a hegemonia exercida por uma potência ou bloco imperialista –, mas travar disputas por reformas que interessem ao mundo do trabalho e aos povos no processo ne-



cessário e irreversível de mundialização do capital, acumulando no sentido de uma estratégia destinada a reverter a sociedade alienada, que é a única forma de transcender o desenvolvimento social para além do processo de internacionalização burguesa. Eis a única via para suprimir o arcaísmo da civilização em crise, já que a barbárie “global” não significa o retorno a um passado distante, um retrocesso para aquém da civilização mercantil, mas um traço imanente ao capitalismo contemporâneo.

As características da mundialização – Quais são, afinal, as características da atual mundialização? Para vislumbrá-las, cumpre destacar o que pode vir a definir o perfil e a essência do processo, sendo capaz de distingui-lo da internacionalização anterior. Primeiro, o investimento externo direto adquiriu um alto grau de concentração nos países adiantados. Segundo, o comércio exterior assumiu a forma dominante de troca inter-setores, intergrupos e interblocos. Terceiro, as empresas transnacionais se beneficiam globalmente da liberalização do comércio, das novas tecnologias – inclusive gerenciais – e da liberdade do fluxo financeiro sob a condição diferencial dada pela velocidade da circulação de moeda e capital imprimida pelas novas tecnologias.

Continuando: quarto, há o surgimento tendencial de empresas-redes, ou seja, mudanças morfológicas na configuração do capital, reconciliando sua centralização na esfera da propriedade e do controle com a descentralização operacional e repousando o antigo caráter social da produção não mais na proximidade física do trabalho e na linha de montagem, mas sobre o acúmulo de trabalho passado e a integração ampla do processo produtivo possibilitado pelas novas tecnologias em âmbito internacional.

Um quinto item: o antigo imperialismo, com base nacional, caminhou para a interpenetração, o investimento cruzado e fusões instantâneas entre capitais de diferentes origens, criando estruturas de ofertas altamente concen-

tradas e ágeis no plano internacional. Portanto, reforçou, com intensidade jamais anteriormente ocorrida, a primazia dos oligopólios mundiais, tornando-a incontestável mesmo diante dos sujeitos burgueses subalternos. Sob a vista grossa e a negligência teórica dos liberais, especialmente os mais ortodoxos, esses grandes grupos transnacionais – que no discurso pregam, sob a alcunha de “Estado mínimo”, a desagregação da coisa pública supostamente antediluviana – apóiam-se fortemente e cada vez mais nos seus poderosos aparatos estatais e blocos de origem, a partir dos quais operam.

Finalmente, em sexto lugar, e para além do surgimento do capital financeiro detectado por Hilferding no início do século xx, agora se consumou o processo de financeirização do capital, que, parafraseando Lenin – *Imperialismo, etapa superior do capitalismo* –, pode ser tida como “etapa superior” do imperialismo. Anteriormente, as formas autônomas de existência do capital – bancário, industrial, comercial e agrário – já haviam se fundido num todo único e num patamar mais elevado: o capital financeiro. Mas ainda não havia aquilo que pode ser chamado de financeirização global dos vários setores do capital e, sobretudo, do capital produtivo, a ponto de descaracterizá-los como realidades tangíveis. Hoje, diferentemente do passado, já não é o mercado que gera a mercadoria-dinheiro. É o movimento da mercadoria-dinheiro que gera o mercado da mundialização.

Há, na contemporaneidade, uma enorme excludência, interiormente ao sistema, de segmentos sociais e até de sociedades inteiras, em contraste com a integração imperialista ocorrida no início do século passado, que incluía formações sociais externas. Assim, a chamada “globalização financeira” é, de fato, uma nova etapa da marcha do capital financeiro para além de seu antigo modo de ser, que era o simples domínio das finanças sobre os demais movimentos do capital. Agora, completando sua integração, acontece uma espécie de dissolução do capital concreto numa virtualidade abstrata e universal. Por isso, a estratégia socialista

deve considerar o capital financeiro não como simples moeda que circula de maneira autônoma – seja como riqueza bancária, seja, como alguém sugeriu, como “dinheiro vagabundo” –, mas, sim, como um tipo característico de capital que promove cotidianamente o processo de financeirização de suas próprias formas anteriormente existentes.

Para o movimento emancipatório, hoje mais do que no passado, não seria eficaz e conseqüente promover reformas exclusivamente ou primordialmente no âmbito monetário e financeiro, mesmo que lograssem um certo êxito técnico – mas sempre fugaz – no plano internacional. Qualquer transformação de fundo, qualquer caminho mais sólido no sentido de uma nova sociabilidade, implica atacar o conjunto “globalizado”, concentrando o golpe central na sua fração hegemônica, formada pelos grandes aristocratas do dinheiro, os grupos oligopolistas-financeiros que se fortaleceram nas últimas três décadas.

Um novo bloco histórico – Já que meu tempo está praticamente no fim, peço uma pequena tolerância para registrar alguns breves comentários relativos à formulação de políticas para enfrentar os novos problemas decorrentes da mundialização do capital. Um deles se refere à maneira de abordar a crise institucional planetária. Uma proposta tem sido a criação de órgãos supostamente consensuais em escala mundial. Trata-se de uma espécie de contratualismo “globalista”, que menospreza o peso dos profundos antagonismos sociopolíticos. Por exemplo: não procede reivindicar, sob o capitalismo, um governo internacional, porque tal instituição, na realidade atual, implicaria, necessariamente, por parte dos Estados nacionais, uma cessão de soberania que enfraqueceria a resistência dos povos aos grandes oligopólios, à “globalização” e ao projeto neoliberal.

Ao contrário, é preciso investir em sujeitos políticos capazes de enfrentar os principais responsáveis pelas mazelas globalizadas no mundo

contemporâneo. Já é tempo de unificar os movimentos anticrise em torno de um conjunto de reformas de cunho popular, mas sem ilusões de que mudanças dentro da ordem seriam capazes de romper, por si sós, a lógica metabólica da reprodução do capital. De fato, são ainda medidas limitadas, se bem que voltadas contra os interesses e as políticas dos setores hegemônicos no processo de mundialização, abarcando pontos mais ou menos abrangentes, desde o caráter e o funcionamento das instituições financeiras, passando por questões setoriais, democráticas e de soberania, até uma atitude a ser mantida diante dos oligopólios, nas suas múltiplas esferas integradas de ação econômica e política: nacionais, regionais e internacionais.

Portanto, trata-se de convergir tais iniciativas para o estuário de um novo bloco histórico internacionalista a partir da luta política de classes. Ao contrário do conceito de sociedade civil mundializada patrocinado por Jürgen Habermas, que deliberadamente deixa de fora os partidos – inclusive os de esquerda – e os sindicatos, porque estariam naturalmente subsumidos à lógica instrumental da política e da economia, o caminho mais profícuo é a construção de uma nova força social ampla, com todas as correntes e todos os setores que desejem enfrentar os centros hegemônicos de poder, no cerne da qual se encontre o mundo do trabalho, com suas organizações representativas e políticas, partidárias ou não.

Tais movimentos transformadores e suas políticas mediadas – que se distinguem da chamada Terceira Via e também de meras ações *a priori* resignadas a se exaurirem no interior do “globalismo” – devem assumir e propor fins emancipatórios. Assim, a questão do socialismo retorna à pauta política, tanto no Brasil como no mundo, como alternativa ao processo de mundialização do capital, diante do qual só é possível escapar para a frente, isto é, para fora do capitalismo, e não para dentro de sua impossível humanização. Nesse sentido, a plataforma de reformas para a ação imediata tem de ser vista não

como coisa em si, mas como coisa para os sujeitos revolucionários, vale dizer, como seu instrumento de unidade, como sua agenda de conquistas parciais e como fator de disputa contra-hegemônica.

Por fim, quanto à questão do projeto alternativo para o Brasil, enfatizada na abertura de Reinaldo Gonçalves, penso também que vários pontos devem ser colocados na agenda para a construção de um governo democrático-popular em 2002. Todavia, muitos dos assuntos habitualmente listados como socialistas só articulam – mesmo chocando-se com certos interesses dos grandes oligopólios nacionais e internacionais – propostas de mudança no interior da reprodução metabólica do capital, da sociedade alienada e do Estado burguês. Semelhante impropriedade conceitual não resulta, por si mesma, num prejuízo político. O problema seria diluir tal fronteira, transformando a luta por reformas em reformismo, o que rebaixaria e até mesmo desconstituiria o propósito revolucionário por meio de ilusões.

Nessa perspectiva, é preciso fazer a distinção entre a conquista de reformas democrático-populares, que são importantes e devem ser objetivos da luta dos partidos de esquerda, e o processo mais geral de acúmulo para a conquista de uma sociedade socialista, que só pode existir na medida em que haja a consecução de três pontos fundamentais. Primeiro, alternar o conteúdo e a hegemonia de classe no Estado, e não só desconcentrar o poder político. Segundo, iniciar o processo de apropriação social dos meios de produção, e não apenas viabilizar formas de controle parcial do capital pela sociedade civil. E, finalmente, garantir a democratização real da sociedade, da economia, da cultura e da política, implantando um regime de liberdade socialista, e não apenas conquistar a cidadania burguesa, seja nacional, seja, como alguns querem, planetária. Trata-se, por mais que o termo provoque prudentes tergiversações, de uma ruptura.

Muito obrigado.

Comentários

João Sayad

Usar nossa margem de manobra – Muito obrigado pelo convite para tomar parte neste seminário com uma platéia tão seleta, por quem tenho um imenso respeito e com a qual falo com grande humildade.

Não poderia deixar de iniciar esses comentários dizendo que perdi o contexto. Eu considero um aluno de vestibular, nesse momento, um gênio. Um aluno de vestibular nunca perde o contexto. Se lhe perguntarem quem descobriu o Brasil e lhe oferecerem várias alternativas: esquimós do Alasca que vieram pelo estreito de Behring, os vikings no século XII, o Brasil nunca foi descoberto, ou Pedro Álvares Cabral, o aluno responderá claramente Pedro Álvares Cabral e entrará na universidade. Ele entende o contexto de que se está falando.

Por isso nesse momento, angustiado, admiro o vestibulando. Estou perdido, não sei qual é a resposta, quais os comentários que Reinaldo Gonçalves gostaria que eu fizesse ao seu trabalho. Qual trabalho? O escrito, o falado ou o que eu pude ler na tela do meu computador?

Nesse sentido, peço desculpas aos senhores, e espero não fazê-los perder tempo comigo, sendo provocativo. Acho que será mais divertido para vocês e para mim.



As duas definições que Reinaldo apresenta do que seria a sociedade brasileira socialista, do que seriam o socialismo e a globalização financeira, me pareceram muito amplas, por isso perdi o contexto e as referências.

Na definição de socialismo, novamente pensei em como seria essa sociedade socialista descrita rapidamente pelo Reinaldo. Imaginei o seguinte exemplo: suponha que minha mulher me mandasse a um cirurgião plástico para fazer um enxerto de cabelo. E que o cirurgião plástico, a partir do meu DNA, construísse um novo João que poderia se parecer com o Tom Cruise. Não sou mais eu; e se minha mulher me recebesse em casa apaixonadamente eu ficaria com ciúmes.

Acho que a proposta do Reinaldo ao definir o socialismo no Brasil como o resultado de uma radical redistribuição de riqueza e de renda, uma estrutural reforma institucional, uma reforma profunda do Judiciário e todas as outras reformas propostas, anulou a identidade brasileira no seguinte sentido: como se faz isso? Quando vamos fechar o Congresso? Que país é esse que pode ser desenhado plasticamente como seu autor quer? Será que desta maneira ainda será o mesmo Brasil ou faltam restrições que tornem essa questão interessante?

Da mesma forma, quando fala em globalização econômica em vez de financeira, Reinaldo acaba adotando uma definição muito ampla que eu acho que poderia ser estendida, talvez, para toda a história do capitalismo, e mesmo para toda a história da civilização ocidental.

O crescimento dos fluxos financeiros e comerciais é um critério muito amplo e leva a perder de vista o período histórico específico que nós queremos analisar. Nesse sentido, sugiro uma leitura divertida; não é um grande livro, mas é interessante: *1688*, de um historiador americano chamado John E. Wills¹¹. Ele escolhe 1688 para mostrar como naquele ano, tão perdido e tão distante de nós, havia ligações profundas e importantes,

11. WILLS, John E. *1688 – O início da era moderna*. São Paulo, Campus, 2001.

comerciais, intelectuais, literárias, financeiras e todas as outras que pensamos que são típicas do ano de 2001.

Portanto, a definição de globalização também é muito ampla e esvazia o problema que nos foi colocado com o título deste seminário, “Alternativa socialista ante a globalização financeira”.

Se eu me ativesse a esse tema diria, em primeiro lugar, que a globalização financeira é um impedimento severo à redistribuição de riquezas propostas pelo Reinaldo, porque a globalização financeira é, do ponto de vista econômico e financeiro, uma definição corrente, um grande incremento na mobilidade do capital, e, inclusive, na mobilidade da riqueza. E, sem dúvida, se fôssemos nos ater a essa questão, diríamos que fazer a redistribuição de riqueza no mundo globalizado financeiramente é mais difícil, menos necessário e, talvez, quase impossível.

Também fiquei perdido na proposta que descreve um país quase autárquico econômica e culturalmente e, ao mesmo tempo, sentado semanalmente em Washington propondo junto com o governo Bush o fim do FMI. Para quê? Não entendi se seremos uma autarquia no futuro. Então, os senhores me perdoem, mas a primeira parte da exposição do Reinaldo me deixou perdido.

Parece que suas propostas assumem que nós podemos tudo, inclusive refazer completamente no ano de 2002 um país descoberto em 1500, que conheceu a abolição da escravatura em 1888.

Liberdade e dinheiro – Mas não queria fugir ao tema deste seminário, socialismo e globalização financeira. Sobre isso posso falar com um pouco mais de competência porque dinheiro é minha área – sou professor da disciplina sobre Moedas e Bancos.

Dinheiro é uma instituição básica para a liberdade. Eu me lembro dos comentários da antropóloga Carmem Junqueira ao filme *Iracema*, no

qual uma pequena índia se prostitui. A professora Carmem Junqueira defende, ou pelo menos mostra, que a prostituição representava para aquela índia o caminho da liberdade feminina. Ela cita até um mito da cultura indígena que reproduz esse ponto de vista.

Mas dinheiro é, sem dúvida nenhuma, o passaporte da liberdade. É o dinheiro que permite nos libertarmos do trabalho, do emprego, da riqueza, do patrão, do senhor feudal, do endereço fixo etc. Sem dinheiro não há liberdade.

E como se combina dinheiro e socialismo? Será que repetiremos o erro da Hungria, que depois da revolução socialista passou por uma grande hiperinflação e proclamava – pelo menos alguns dos seus economistas o faziam – que uma sociedade comunista, planejada, não precisava de dinheiro e, portanto, a hiperinflação era bem-vinda? Será que ainda seríamos prisioneiros dessa ilusão, desse equívoco dos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial? Como essa globalização financeira afeta e se articula com o socialismo?

Precisaríamos primeiro definir o que é socialismo. A definição do Reinaldo me parece ser profundamente baseada na igualdade da distribuição de riqueza e da renda. A definição que eu gostaria de propor é mais solta e, me permito dizer, mais generosa. Ela seria a sociedade que não é mais capitalista, que não pensa mais como os economistas pensam, em que o trabalho é considerado uma festa, e não uma obrigação, e em que a escassez, que foi construída pelo capitalismo, talvez já não seja o critério fundamental de organização da sociedade. Nessa sociedade assim definida, socialismo e dinheiro são gêmeos, funcionam lado a lado.

Entretanto, quando pensamos sobre os problemas atuais da sociedade brasileira e de outras economias capitalistas, a globalização financeira é um grande problema.

Além de o dinheiro ser uma instituição da liberdade, é a condição necessária para a existência do desemprego. Sem dinheiro não há superprodução, não há capitalismo, mas também não há desemprego. Só existe desemprego por causa do dinheiro. Quanto mais atraente for o dinheiro, maiores são as chances de prevalecer o desemprego. Não é por acaso que a partir da década de 1980 o dinheiro se tornou muito mais móvel e passou a pagar juros reais positivos inéditos na história do capitalismo, estes, sim, uma novidade dos últimos 20 anos.

O desemprego decorre disso. Na sociedade em que vivemos, a globalização financeira adiciona uma qualidade a este ativo que é o dinheiro, que já é extremamente atraente. Ela adiciona uma qualidade a mais que torna o desemprego a marca do desenvolvimento da economia mundial dos últimos 20 anos.

Por que isso acontece? O investimento público produtivo em fábricas, máquinas, pontes concorre com investimentos em dinheiro; o dinheiro é o porto seguro, é a redenção do capitalismo.

O capitalista trabalha para ter o dinheiro. Se, além de não haver inflação, o dinheiro rende juros altos, ele é o investimento preferencial. Por que vamos montar fábricas? Por que vamos ter de lidar com os metalúrgicos, com os petroquímicos se podemos ter dinheiro? Ele é a origem do desemprego. Vejam o exemplo de uma pessoa que vai comprar alguma coisa de outra. Quem vai bajular quem? Quem tem dinheiro será bajulado. Ele tem o virtual poder de escolher o que vai comprar e quando. Por isso o dinheiro globalizado dos últimos 20 anos gera desemprego e crescimento lento na economia do mundo inteiro.

Não é por acaso que a economia mundial cresce a taxas muito mais lentas, com muito menos investimentos e com altos índices de desemprego. Mas essa é a natureza do dinheiro. O dinheiro como ativo preferencial sempre tenderá a ser falsificado pelos bandidos, alavancado pelos bancos,

apostado pelos *hedge funds*¹². Isso é inevitável. Ele sempre tenderá a ser internacional na sua qualidade de ser líquido. Se eu jogar água em uma mesa, não posso desejar que caia e se deposite na direção que quero. Ela vai se espalhar pela mesa. O mesmo acontece com o dinheiro.

Então, a crise que vivemos em 1980 decorre do nosso esquecimento dos anos 1930 e da Segunda Guerra Mundial, que são os resultados inevitáveis da globalização financeira que os precederam, os anos dourados do Império Britânico e do padrão ouro, que possibilitaram, depois de tantos sofrimentos, a restrição ao movimento do dinheiro. Possibilitaram a criação do FMI, as restrições comerciais e a regulamentação do dinheiro. Mas, pela própria natureza do dinheiro, nos anos 1960, já a moeda americana, multiplicada, alavancada e falsificada, se quiserem, estava andando pela Europa e levando o general Charles de Gaulle a querer trocar o ouro pelo dinheiro americano.

O que estamos vendo hoje é o resultado exagerado daquele momento. Essa situação vantajosa que o dinheiro usufrui no mundo nos últimos 20 anos é, sem dúvida nenhuma, a mãe do nosso desemprego mundial.

Keynes e Tobin – O que fazer? Em primeiro lugar, tornar o dinheiro menos atraente, desqualificá-lo. O economista John Maynard Keynes sugeria uma pequena inflação. Nos dias de hoje não é possível ter uma pequena inflação; o mundo inteiro já aprendeu com a inflação. Por isso, Keynes sugere o equivalente ao atual imposto Tobin¹³, um imposto que tornasse menos móvel o capital financeiro entre diferentes países. É uma boa idéia, porque é gradual e obedece às restrições políticas do mundo em que estamos vivendo.

E nós, do Brasil, o que podemos fazer? Temos várias margens de manobra antes de adotar as propostas de reforma mais profundas, como as que foram defendidas por Reinaldo Gonçalves. Temos uma grande mar-

12. *Hedge funds*:

“Um fundo de Hedge (ou fundo especulativo) é uma instituição de investimento que toma empréstimos para especular nos mercados financeiros mundiais. Quanto mais um fundo tiver a confiança do mundo financeiro, mais ele será capaz de tomar provisoriamente o controle de ativos que ultrapassem em muito a riqueza de seus proprietários.”

(Extraído de TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 375). (Nota do Editor)

13. Proposta elaborada pelo economista norte-americano James Tobin, ganhador do Prêmio Nobel em 1981, de criação de um imposto sobre as transações de câmbio. (Nota do Editor)

gem de manobra em investimentos públicos, no estabelecimento de políticas sociais e até mesmo no estabelecimento de políticas de apoio à indústria brasileira e à exportação brasileira. Seria uma inserção menos subordinada, menos dogmática do Brasil neste período de globalização financeira mundial.

Só não sei responder, deixo para os senhores essa pergunta, por que isso não é feito no Brasil? A única resposta que tenho não me é satisfatória: o núcleo do governo Fernando Henrique Cardoso foi tomado por xiitas do neoliberalismo. Essa resposta, que não pode satisfazer a um cientista social, é uma resposta “caída do céu”.

Por que nós fizemos essa inserção do Brasil tão subordinada? Tão cruel em termos de destruição da indústria brasileira, da agricultura brasileira e dos empregos? Por quê? Foi só um erro, um equívoco? Será que a elite brasileira, temerosa – essa é outra explicação, talvez – do crescimento da vida política, resolveu invadir todos os espaços da vida nacional pelos mercados, para calar a boca da vida política onde novos participantes apareciam? Será que é essa a explicação? Não consigo responder, mas esses são os comentários que queria fazer. Muito obrigado.

Debate com o público

Rita

Meu nome é Rita, sou do diretório de São Carlos, interior de São Paulo. Quero fazer uma pergunta específica a Reinaldo Gonçalves. Você apresentou várias políticas que aplicaríamos para diversos problemas que são identificados hoje na sociedade brasileira e transporta isso para as mudanças que teriam de ser feitas para a implantação de um programa que orientasse o socialismo no Brasil. Gostaria de saber qual seria sua posição em relação à dívida externa.

Gustavo Venturi

Minha pergunta é para o professor Reinaldo Gonçalves. Admitin-

do-se como corretas as premissas do professor: 1 – de que vulneráveis como somos e, portanto, fracos, países como o Brasil no máximo podem tensionar a agenda internacional incomodando os países centrais com o que ele chama de não-temas; 2 – que mais perdemos que ganhamos nos acordos econômicos regionais, devendo voltar aos acordos bilaterais. Pergunto: o tensionamento não será maior se, com um governo não-submisso, no plano político, o Brasil buscasse se articular não só regionalmente, mas com congêneres de outros continentes como China, Índia e África do Sul? Em outras palavras, com o



enfraquecimento dos Estados nacionais, que vem no bojo do processo de globalização, é leviano falar em fim do Estado, como alertou Ronald Rocha, pois também é inegável a perda de poder dos governos nacionais? Então, com esse enfraquecimento, não seria preciso, ao contrário, o rompimento do isolamento do Brasil buscando novas alianças políticas dentro e fora do continente americano, reconhecendo o potencial político do país a que aludiu a professora Tânia? Por fim, o que impede o Brasil, a partir de 2003, com um presidente e um governo dignos deste nome, de liderar iniciativas de política exterior com vistas à formação de um bloco de países não-incluídos, vamos chamar assim, a exemplo do bloco dos países não-alinhados que se formou e cumpriu seu papel na época da Guerra Fria?

Djalma Bom

Sou metalúrgico aposentado, com muito orgulho. Eu me lem-

brei de vários belos momentos da história do Partido dos Trabalhadores, no início da exposição, quando se discutia a conquista ou a tomada do poder. O professor Reinaldo Gonçalves apresenta um projeto nacional de orientação socialista. Quero perguntar ao professor Reinaldo Gonçalves se isto acontece antes da tomada ou depois da conquista do poder para a implantação desse projeto.

Max Altman

Sou colaborador da Secretaria de Relações Internacionais do Diretório Nacional do PT. Ainda bem que estamos discutindo economia em um momento em que o partido começa a discutir esses problemas econômicos com vistas às eleições de 2002. Acredito que uma boa parte da platéia, talvez sua totalidade, tenha vindo para esta discussão como eu, no meio da escuridão, para descobrir luzes sobre algumas idéias centrais do que poderíamos fazer na prática se assumirmos o governo.

O tema socialismo e democracia foi extremamente ambicioso. Ouvimos idéias, divagações, propostas generalizadas, conflitantes, de altíssimo nível, mas idéias confusas em muitos aspectos, e não pudemos perceber algo que vislumbrasse, que abrisse caminho para uma idéia central bem definida, nítida, que pudéssemos seguir.

Na história da humanidade, o socialismo, no plano econômico, nem sempre colheu derrotas. Teve êxitos também. Ainda bem que socialismo não é só economia, mas também envolve política, economia política, sociologia etc., porque se dependêssemos apenas de resolver problemas econômicos para encontrar o caminho em direção ao socialismo teríamos dificuldades tremendas, e hoje foram apontadas terríveis dificuldades para isso.

Na hipótese de um governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores assumir o poder haveria presumivelmente uma enorme fuga de capitais. O índice Brasil subiria para 2.000, 3.000 pontos e os investido-

res, esses detentores de capitais internacionais, não encaminhariam seus recursos para o país, para o seu desenvolvimento e o de suas atividades econômicas. A pergunta é: que medidas o professor João Sayad e Tânia Bacelar indicariam para conter uma previsível evasão de capitais do Brasil, na hipótese mencionada de um governo central liderado pelo companheiro Lula, pelo PT?

André Breda dos Santos

Boa tarde a todos. Sou do diretório zonal de Santa Cecília, na cidade de São Paulo. Gostaria de saber do professor Reinaldo qual seria seu conceito de produção supérflua sob a ótica socialista. Produção, consumo ou ambos? Obrigado.

Geraldo Santiago Pereira

Sou advogado do Sindicato dos Coureiros e Sapateiros de São Paulo. Estava afastado dos debates do PT há algum tempo e resolvi participar deste seminário. Confesso que gostei muito, por causa desse ecletismo, quer dizer, posso

vir aqui, dizer o que penso, o que quero, sem disputar posições políticas com ninguém, não vou sair daqui vitorioso nem perdedor de nada. Vim para saber como está pensando o PT – e ninguém afirmou ser capitalista, o que para mim é ótimo.

Foi colocada a questão de se apropriar do dinheiro para construir o socialismo. É uma forma desassomburada, gostei também. Não podemos pensar que vamos fazer alguma coisa sem dinheiro, mas, depois, não sabemos o que fazer com esse dinheiro. No debate, achei esta proposta muito boa, mas muito complexa. Gostei muito também da afirmação de que temos de começar a construir o socialismo no dia-a-dia e nos transformando também. Para mudar o mundo é preciso mudar a si mesmo, em primeiro lugar. Então, o que um governo democrático-popular – e o companheiro que me antecedeu apresentou também essa questão –, eleito pela maioria do povo deste país, com o compa-

nheiro Lula e toda uma equipe de governo, pode fazer para estancar, por exemplo, essa sangria?

Achei a intervenção do companheiro Reinaldo muito pessimista quando diz que o Brasil é um país sem importância. Gostaria de saber mais sobre essa avaliação. Vale a pena continuarmos lutando por governos, por eleições? Como construir esse socialismo no dia-a-dia como alternativa não só à globalização, mas também à miséria e à fome, que são problemas reais? Obrigado.

Humberto Leopoldo

Sou economista e minha pergunta é para João Sayad, a respeito da função do dinheiro, ainda tomando-o como sinônimo de moeda, com algumas funções clássicas de reserva de valor, de elemento de troca e, como exposto, de conquista da liberdade. João Sayad também falou sobre a necessidade de diminuir o prestígio da própria moeda. Os países europeus, para a adoção do euro, exigiram determinadas re-

gras práticas de estabilização, voltadas principalmente para o índice de inflação em relação ao produto interno. Uma das formas de desprestigiar a moeda é, na verdade, o processo perverso inflacionário. Se permitirmos essa desestabilização da moeda e que isso ocorra dentro do processo de globalização, criaremos quase todos aqueles problemas de tensão citados pelo expositor. Ou seja, poderíamos tensionar tudo isso, dizendo que a moeda não terá mais prestígio porque será uma moeda podre. Ninguém mais do que o brasileiro soube o que era ter uma moeda podre e querer se livrar dela o mais rápido possível.

Permitindo que o Estado não atenda àquelas exigências de ser o controlador da moeda, mas que ele possa aviltar o valor da sua moeda, desvalorizá-la, como está acontecendo hoje em relação ao dólar, como ficaria essa situação no processo de globalização? Como isso poderia ser aceito dentro dessa globalização financeira? Muito obrigado.

Alípio

Ouvi atentamente o expositor e os comentaristas. Evidentemente há um desencontro total. E isso me parece evidente porque o que falta hoje na economia é uma unidade de medida. Nós medimos tudo, absolutamente tudo.

Sou engenheiro de formação, de minas, metalurgia e civil. Nós medimos tudo desde a Revolução Francesa, quando foi criada a unidade de medida metro. Medimos tudo na medicina, na engenharia, mas algo ficou de fora da unidade de medida, que é a economia, e todo esse inferno que estamos vivendo decorre da falta de uma unidade de medida econômica.

Venho escrevendo sobre isso há muito tempo, mas comecei a escrever efetivamente sobre esse tema a partir do momento em que fui pressionado terrivelmente pelo governo João Figueiredo. A partir de então não consegui mais parar de escrever e cheguei a criar, em 1987, a Unidade de Medida Econômica Universal, que chamei de



“K”. Fiz essa unidade igual aos direitos da pessoa humana; ela representa saúde, alimentação, lazer, todos os direitos.

Vou dar alguns exemplos: estou colhendo laranjas e escrevo na caixa de laranjas 0,37K. Vou para o canavial e digo que a cana vale 1,57K e, assim, eu cubro tudo. Faço o mesmo na área de mineração. Chego em um poço de petróleo e escrevo no barril de petróleo 3,04K.

Quando escrevo que a caixa de laranjas vale 0,37K, estou dizendo que todos aqueles que trabalham nisso têm um padrão de vida excepcionalmente alto, com saúde, alimentação, lazer, educação e lucro, com tudo que a vida pode oferecer.

Com o estabelecimento dessa unidade de medida é possível cobrir todas as áreas que citamos nessas discussões desencontradas, mas com um ponto em comum. O que se observa é que todos nós temos uma preocupação com o Brasil e exatamente por isso, neste caso, é fundamental essa unidade de medida.

Porém, de que adianta eu criar esse sistema e os senhores me perguntarem: e o dinheiro, de onde vem? Descobri que todo trabalho gera riqueza, qualquer que seja, mas cada vez menos o trabalho humano cria renda ou lucro. É muito fácil perceber isso. Há 15 anos a indústria automobilística no Brasil produzia 12 carros por homem/fábrica; hoje produz 48 e, no Japão, 72. Quer dizer, cria-se uma riqueza enorme da produção, mas o número de pessoas beneficiadas vai caindo e cria-se o desemprego que o professor João Sayad mencionou.

Esses fatos nos trazem essa conjectura que nos obriga a criar o Fundo de Garantia Individual, que é a participação de cada um de nós na riqueza, no momento de sua geração. Explico melhor este fundo no livro que estou terminando agora, que se chama *Caixa Brasil*: retiraremos a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil do domínio do governo federal e com o fundo destas insti-

tuições teremos o maior banco do mundo, o Caixa Brasil.

Clara Charf

Companheiros, estamos chegando ao fim deste ciclo de debates, que foi maravilhoso. Sou a favor da transformação da sociedade e luto por ela há muitos anos e, no início, pensava que o ciclo nos daria uma receita. Depois percebi que não era isso, mas que as discussões estavam nos apresentando elementos para pensar.

Quando entrei na luta, diziam que a melhor sociedade do mundo era a comunista, porque nela não havia dinheiro. Entrei, me aproximei dessa luta porque achava que haveria uma sociedade em que todos teriam tudo e não haveria necessidade de dinheiro. Só que depois vi que essa sociedade não existia, não foi construída em lugar nenhum, pelo menos nos períodos mais recentes da história humana, e que tínhamos de pensar de outra maneira.

Eu era violentamente contra a globalização, achava que era um

crime, um tipo de imperialismo, ainda que com outro nome. Participei de um congresso de mulheres em Cuba, em 1997, e lá ouvi Fidel Castro, em um discurso, dizer a mais de 2 mil mulheres que não se podia lutar contra a globalização, que ela era um fato e, então, não adiantava negar sua existência. Mas como lutar contra a globalização era outra coisa. Estou dizendo isso porque do ponto de vista teórico é muito difícil sairmos daqui e perguntarmos o que fazer. Da forma como o cenário foi exposto aqui, entendi que teríamos de rasgar tudo, arruinar, destruir e fazer a sociedade ideal que queremos. Infelizmente a vida vai ensinando que não é assim. Então, eu pergunto: concretamente, há um papel na luta social para que possamos transformar a sociedade?

Penso como a Tânia Bacelar. Acho que devemos sair desta discussão com um conceito de que é preciso rediscutir o país, o que é a nação, o que é a luta do povo, os

valores que o povo tem nessa luta, o que se pode construir, as experiências positivas etc. O que se pode fazer com o Estado, já que achávamos que não era preciso haver dinheiro? Fui morar em Cuba no tempo do exílio e praticamente não precisava de dinheiro; o aluguel, por exemplo, representava 3% do salário. Naquela época, na União Soviética, era igual: medicina de graça, educação de graça, tudo de graça; o conceito que tínhamos era de que não havia mesmo necessidade de dinheiro. Então, pergunto a todos os expositores: é possível, e acredito que sim, lutar por um tipo de organização social em que o Estado tenha um papel muito importante que diminua, por exemplo, essa idéia de que o dinheiro é tudo, porque não se precisaria de tanto dinheiro? Qual é a maneira de tornar o povo agente dessa transformação que queremos fazer?

Leda Paulani

Sou colega do professor Sayad na Faculdade de Economia da Uni-

versidade de São Paulo (USP) e o ajudado na Secretaria de Finanças. Acho que nesse debate ficou muito claro que hoje, no Brasil, temos dois desafios que se superpõem. O primeiro é recuperar, minimamente, o sentido de nação, completamente destruído por essa década neoliberal, particularmente nos últimos sete anos do governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas recuperar esse sentido de nação implica retornarmos a uma posição nacional-desenvolvimentista, que tem relação com o keynesianismo; enfim, todo o arcabouço da etapa anterior do processo de acumulação capitalista. No ponto em que chegamos isso é inevitável, temos de defender essas posições, mas gostaria que os expositores respondessem à seguinte questão: qual a relação disso com o socialismo, visto que não há um modelo pronto?

O Brasil tem lições a dar, principalmente o Partido dos Trabalhadores, com suas experiências de orçamento participativo e de outras

políticas modernas, no sentido correto do termo, implementadas.

Como se supera esse primeiro desafio, recuperar o sentido de nação, e se parte para o segundo desafio, o de pensar o socialismo inovador, democrático etc. a partir dessa recuperação do sentido de nação?

Fernando Haddad

Gostaria de partir de uma definição que considero clássica de socialismo. Passando em revista a literatura socialista desde o século XIX, podemos chegar a uma fácil conclusão de que a definição passaria pela tese de que o processo socialista se inicia quando os trabalhadores, no comando do poder político, criam as condições para superar a relação de assalariamento. Ou seja, quando são mobilizados recursos nacionais para permitir que os trabalhadores deixem de vender sua força de trabalho e passem a comandar o sistema produtivo com suas próprias forças. Se essa é a definição, eu concordaria com

Sayad quando ele diz que dinheiro é sinônimo de liberdade. Se entendemos a palavra dinheiro como acesso ao conjunto de mercadorias e serviços necessários para o desenvolvimento do indivíduo, evidentemente o socialismo se confunde com esse acesso, mas generalizado, universalizado, algo que hoje não existe. Talvez por isso exista, hoje, um sentimento anticapitalista importante no ar.

Acho que há uma questão mal respondida pelo PT, e talvez não queiramos respondê-la, porque para uma pequena parte do partido esse acesso de todo e qualquer indivíduo ao conjunto de bens e serviços necessários para o seu desenvolvimento passa necessariamente pela superação da relação de assalariamento. E, para um conjunto majoritário do partido, seria possível uma distribuição de recursos da sociedade sem que essa relação fosse necessariamente tocada, ou seja, sem necessariamente enfrentar a questão do regime de propriedade. Acredito que nes-

ta discussão há uma homogeneidade muito grande em torno da necessidade de um país como o Brasil distribuir melhor sua renda. Nenhum dos participantes deste seminário, desde 2000, defendeu a manutenção ou a concentração de renda no Brasil, todos são distributivistas, por assim dizer. Mas, se optarmos por uma distribuição social-democrata do produto ou por uma distribuição socialista do produto, isso não está absolutamente definido e não foi sequer discutido ainda. Independentemente do que o partido quer ser quando crescer, ele já cresceu o suficiente; e é preciso enfrentar essa questão de frente. Ou seja, qual é a opção que faremos?

Particularmente, minha posição é que nos moldes como o capitalismo está organizado hoje é muito difícil construir um projeto de distribuição de renda sem enfrentar a questão do acesso ao crédito, à tecnologia e à propriedade. Os meios ainda se organizam de forma nacional, o sistema de crédito

ainda funciona em termos nacionais, apesar de haver um sistema de crédito internacional; o sistema de inovação tecnológica ainda se organiza em termos nacionais e o sistema tributário também. Ou seja, apesar da globalização, não importa o conceito utilizado, existem condições de operar transformações profundas que viabilizem o projeto de superação gradual, e neste ponto o que menos importa é a violência, a velocidade ou a direção do processo em torno disso. É um desafio que precisamos enfrentar.

Luiz Inácio Lula da Silva

Não vou propriamente fazer uma pergunta aos quatro companheiros, mas gostaria de comentar o que foi discutido pelo plenário. Acredito que o mais importante, a meu ver, neste ciclo de debates que o PT promoveu junto com o Instituto Cidadania e a Fundação Perseu Abramo, foi garantir que cada um dos participantes descobrisse que não existe uma verdade absoluta sobre o tipo de socialismo que mui-

tos sonham. Percebemos que há uma disparidade de pensamentos a respeito do que é o socialismo e é exatamente isso que um dia pode nos permitir sonhar, para que outros possam, quem sabe, viver em um Estado socialista que muitos sonharam, mesmo antes de nós.

Acabou o tempo dos debates em que as pessoas traziam a verdade absoluta em uma cartilha e não havia mais nada além do que já estava pronto. As pessoas agora estão mais humildes, as bocas falam menos e os ouvidos escutam mais. As pessoas estão refletindo mais, é isso que este seminário pôde alertar a cada um de nós.

Às vezes, vendo as pessoas debaterem, fico pensando no que, para um socialista, era o comunismo: era a construção da sociedade perfeita, comparado ao que, para os cristãos, era o paraíso. Os cristãos diziam que o céu é perfeito. Mas para chegar lá é preciso morrer.

Nós não conseguimos construir o socialismo e já estávamos pen-

sando no comunismo, que era uma sociedade mais perfeita. João Sayad levantou uma questão sobre a qual gostaria que todos pensassem. A verdade é que o socialismo precisa de dinheiro. Esse é o dilema de Cuba. Esse foi o dilema da União Soviética e de outros países. Se não houver dinheiro para aumentar a capacidade de produção de riqueza e de sua distribuição, é como fazer um copo de suco de laranja usando apenas uma laranja. É impossível.

Eu acho que o grande desafio que temos de enfrentar, já que estamos nos preparando para uma campanha eleitoral, é não ter nenhuma ilusão. Não vamos conseguir construir um programa socialista e tampouco fazer o socialismo em quatro anos de mandato. Quando muito, temos de estar preparados para construir um programa democrático-popular e ter a ousadia de executá-lo sem vacilar. Mesmo assim, quem já tem experiência administrativa sabe que uma coisa é aquilo em que acreditamos,



aquilo que teorizamos, e outra coisa é quando colocamos a mão na massa e o que vamos encontrar pela frente. Muitas vezes nós terminamos um mandato de quatro anos sem conseguir executar todas as transformações que sonhávamos fazer.

De vez em quando encontro alguns companheiros desanimados porque as coisas não dão certo. Nos debates ninguém mais tem certeza de nada; as pessoas estão com dúvidas, e é saudável que seja assim. As pessoas não podem ficar frustradas porque uma proposta não deu certo, porque não foi construído aquilo que queríamos. Afinal, houve uma Revolução em 1917 e o que resultou dessa revolução?

Para animar os meus companheiros socialistas, digo que eles têm de olhar para as conquistas da Revolução de 1917, olhar a Europa Ocidental. O nível de bem-estar social que aquele povo construiu é decorrência do que aconteceu na Rússia. Se não fosse isso, possivelmente aqueles países se-

riam iguais aos países que conhecemos na América do Sul: pobres e sem distribuição de renda.

Não sei se isso pode servir de conforto, mas a verdade é que a Europa Ocidental só conseguiu chegar ao padrão que chegou com medo do que havia além da fronteira. Isso deve alentar quem gosta de discutir a questão do socialismo. Por isso gostaria que todos saíssem daqui com a certeza de que este debate deve ser visto como algo que tentou lhes oferecer esperança. Não há por que desanimar. A verdade é que não temos culpa por coisas que aconteceram. Temos uma proposta de construir algo novo, embora ainda não saibamos exatamente o que é esse algo novo ou que caminho vamos seguir.

A verdade é que conseguimos, com este ciclo de debates, trazer muita gente importante para as discussões. Acredito que a riqueza deste debate é permitir que saíamos daqui com a certeza de que em algum lugar do mundo, e de preferência dentro da sede do nos-

so partido, o tema do socialismo não foi esquecido.

Teremos um desafio pela frente, o de dar continuidade a estes debates sem sermos repetitivos ou torná-los chatos. Se conseguirmos fazer isso, estaremos dando uma enorme contribuição para as novas gerações.

Queremos fazer um programa de governo não apenas para contentar a nós mesmos. Queremos que o programa de governo, este ano, seja o resultado de um grande debate da sociedade. Queremos, inclusive, chamar para debater aqueles que nós já sabemos, antecipadamente, que não concordam

com nossas idéias, mas queremos sua participação. Quem sabe até colocar o nosso pessoal para debater com estas pessoas, para ver se conseguimos fazer algo que possa ser um instrumento para ganhar uma eleição e, sobretudo, que esse programa possa ser executado depois que ganharmos.

É importante dizer que este programa só será do PT no dia em que uma instância do PT discuti-lo e votá-lo. Se a Executiva, o Diretório ou o Congresso do PT não discutirem o programa, a imprensa pode falar que ele é do PT, mas ele não o será enquanto o PT não o aprovar em seus fóruns democráticos.

Debate com o público – Respostas

Ronald Rocha

Gostaria de esclarecer que não considero a mudança do eixo temático do Reinaldo um problema. Como disse na minha primeira intervenção, acho que isso enriqueceu o debate.

Quero usar essa intervenção final para tocar, de maneira telegráfica, em cinco pontos que julgo importantes à luz do debate que se desenvolveu hoje aqui.

O primeiro é que, de modo geral, as pessoas e os críticos do neoliberalismo se referem ao capital financeiro, ou à moeda, supostamente autônoma, de modo absoluto, como capital vagabundo. Con-

fesso que não me sinto confortável com essa definição. O termo vagabundo apela para um quê de romantismo. O tocador de gaita, de *blues*, é um vagabundo... O violeiro do Nordeste, que vai de feira em feira, tem um quê de vagabundo... Acho que o capital financeiro não tem essa característica. Opera com base numa racionalidade muito clara, visando o lucro de maneira instrumental e, ao mesmo tempo, não está descolado da base produtiva. Pelo contrário, representa hoje, para repetir uma terminologia utilizada, a financeirização do setor produtivo, portanto, não há como tratar iso-



ladamente do capital financeiro, desvinculando esse combate dos grandes oligopólios que se constituíram internacionalmente nos últimos 30 anos e que operam em nível internacional e em nosso país.

Sendo assim, qualquer plataforma de enfrentamento dos grandes grupos oligopolistas, qualquer movimento de combate ao neoliberalismo, tem de encarar a questão do capital financeiro como essa totalidade integrada. O que não quer dizer que seja desnecessário centrar ataques e concentrar fogo em um determinado setor, ou mesmo no setor hegemônico.

Com isso, quero dizer que qualquer tentativa de reformar o sistema financeiro internacional, suas instituições, seus grupos hegemônicos, os governos que os sustentam ou que a eles se associam, não pode ser tratada com base na construção de um consenso no plano internacional.

Queria também chamar a atenção para o seguinte: qualquer que seja o movimento internacional de

enfrentamento e de luta contra o neoliberalismo, as instituições financeiras e os centros de poder dos grandes oligopólios financeiros, este movimento não só não pode ser dissociado da luta no âmbito nacional – e Reinaldo, na sua intervenção, me parece ter deixado isso claro – como também é preciso que os socialistas no Brasil dêem importância fundamental à atitude que o Estado e um governo democrático-popular devem ter em relação aos seus aspectos financeiros e às instituições.

Portanto, me parece que a centralidade da nossa atuação não é a construção de novas instituições no plano internacional, embora isso seja importante e possa ter procedência em muitos casos, mas sim construir políticas, uma força real contra a hegemonia, para enfrentar essas forças hegemônicas em âmbito internacional.

Portanto, a questão da dívida externa me parece ser menos um problema da extinção do FMI, ou de um acordo entre devedores e credores,

ou da constituição de um movimento de sensibilização dos grandes centros financeiros, e mais a construção de uma força política real dentro dos países assolados pela dívida para tomar atitudes, e entre essas atitudes me parece ser muito importante a questão da suspensão do pagamento da dívida externa, a realização de auditorias, o acúmulo de forças, a análise caso a caso para depois estabelecer atitudes políticas e desdobramentos, a depender de uma avaliação da correlação de forças em nível mundial e aqui no Brasil.

Na questão do Mercosul, comungo inteiramente com a opinião de Tânia Bacelar a esse respeito. Se o Mercosul significasse apenas uma noitada com o inimigo, como explicaríamos, por exemplo, o fato de o Chile, que é dos países do Cone Sul o mais alinhado com o Consenso de Washington, até hoje resistir à adesão ao Mercosul? Como explicar, por exemplo, os conflitos e contradições com a ALCA? E como responder às expectativas dos povos

do Cone Sul, que têm uma visão a respeito do Mercosul que considera não só a questão da integração econômica, mas também a cultura e as relações políticas? Estive há pouco tempo no Uruguai, e a esquerda uruguaia vê com muita expectativa o Mercosul, e se pergunta qual é a política do PT em relação ao Mercosul. Nós temos de responder a esses problemas reais.

Finalmente, a questão do socialismo. A maneira de contribuir para o debate é a absoluta franqueza. Em 2002, não creio que disputaremos as eleições com um programa socialista. Vamos disputar a eleição com um programa democrático-popular, de reformas, as mais profundas possíveis, na sociabilidade brasileira. Reformas democráticas radicais, que na situação do Brasil vão se chocar com os interesses dos grandes oligopólios, mas não significarão ainda a construção de uma sociedade socialista.

O grande desafio de constituir um programa desse tipo para ser executado dentro da sociedade ca-

pitalista, no interior do Estado burguês, é como articular esse programa com a luta estratégica pelo socialismo, em termos de acúmulo de força, de construção de contra-hegemonia, de constituição de forças reais e assim por diante.

Concluindo, creio que a importância desse seminário não é propriamente construir ainda um programa, mas sim abrir caminhos e instigar a discussão para que, no interior do partido e das correntes políticas aliadas e no conjunto da sociedade civil, o partido tenha condições, aí sim, de discutir um programa de governo que tenha um caráter político prático, tarefa que não cabe a este seminário.

Agradeço a todos pela atenção e pelo privilégio de estar aqui, e em particular aos companheiros que participaram da mesa. Espero ter outra oportunidade de continuar este debate. Muito obrigado.

João Sayad

Falar em desprestigiar a moeda é algo impossível. A economia tem

história e nós temos memória. Não é possível imaginar uma pequena inflação, mas a alta taxa de juros pode ser reduzida. Este seria o caminho do desprestígio da moeda, mesmo no Brasil.

Entre as perguntas que me foram feitas, considere uma especialmente interessante, por ser polêmica: uma vez empossado o primeiro governo do PT, o que eu recomendaria fazer sobre a dívida externa?

Neste momento, eu perguntaria: o que o PT quer? Se o governo do PT quer a república socialista, autárquica, platônica como a idealizada por Reinaldo Gonçalves, qual seria a vantagem econômica para o país? Nós ficaríamos com 30 bilhões de dólares, que imagino ser o valor de nossas reservas de hoje. Não sei se os bancos nos deixariam sacar este montante, mas vamos supor que eles respeitassem essa atitude. Perderíamos 28 bilhões de dólares, que é o nosso déficit comercial, que não poderia mais existir; ninguém nos concede-

ria mais crédito e lucraríamos 2 bilhões de dólares, o equivalente a metade da receita tributária do município de São Paulo, que não dá para nada. Então, só teríamos a vantagem da sinalização simbólica. Essa seria a primeira alternativa.

A segunda alternativa seria não fazer nada. Como? E a dívida externa? Nós não poderíamos ter nenhum problema desse tipo. Nessa alternativa o país continuaria recebendo, se tudo corresse bem, 28 bilhões de dólares de empréstimos, o que recebemos hoje; uma situação de vulnerabilidade, mas que está perdurando.

E se não vierem esses 28 bilhões de dólares? Então voltariamos para a casa um. Seria inevitável uma ruptura com o mercado financeiro internacional. Mas seria uma ruptura provocada pelo mercado financeiro internacional, e não por nossa livre iniciativa.

A situação é mais ou menos a seguinte: suponha que eu deva ao banco 2 mil reais. E todo mês o banco me alerta que os juros são

de 20% ao mês, o que aumenta minha dívida para 2.400 reais. Posso argumentar com o banco que não tenho este dinheiro e o banco proporá um refinanciamento. No mês seguinte minha dívida será de 2.400 e no outro mês, de 2.800 reais. E assim a dívida continua aumentando. Ainda que o banco me pressione para pagar a dívida quando o valor chegar a 8 bilhões, por exemplo, não preciso brigar com o banco. Enquanto se está renegotiando a dívida, não há necessidade de criar conflitos. Essa é uma proposta pragmática.

Tânia Bacelar

A pergunta que me foi feita é a mesma que João Sayad acaba de responder: na hipótese de um governo do PT, se haveria fuga de capitais e em que medida poderíamos evitá-la.

Vou fazer uma pequena divagação. Se chegarmos ao governo, é muito importante termos consciência de que não chegaremos ao poder. Vamos ganhar o governo, o

que é muito diferente. O poder está em muitos outros lugares. Não sei nem se teremos maioria no Congresso. Se isso acontecer, ótimo, porque ganharíamos os Poderes Executivo e Legislativo. Mas faltaria o Poder Judiciário, e ele não seria nosso tão facilmente.

Por outro lado, o poder econômico dos que têm a riqueza material ou financeira é muito maior do que o poder que Lula vai ganhar. Então, acho que primeiramente devemos nos perguntar o que ganhamos para nos situarmos e não fazermos besteiras.

Mas, mesmo que ganhemos só o Executivo, já é uma mudança fantástica. Pela primeira vez um partido de trabalhadores iria comandar a vida do país, seria uma mudança de grande significado, porque o PT apresentaria outras prioridades, representaria outras vontades e teria um outro projeto.

As forças conservadoras no Brasil sempre que vêem essa possibilidade pregam o caos. Acabamos de viver esta situação em Recife.

João Paulo [prefeito de Recife eleito em outubro de 2002] era tido como incompetente para governar a cidade. Depois que ganhou a eleição, de outubro a dezembro parecia que a cidade iria acabar. Acho que esta foi a sensação que os poderosos tiveram, só que assumimos o governo e a cidade não acabou. O que mudou? Agora nós estamos negociando, apresentando outras prioridades, e os poderosos estão tendo que negociar conosco. Portanto, daqui a quatro anos a cidade vai ser diferente da que recebemos. E a cidade não vai acabar, vai melhorar, porque estamos forçando uma negociação em nome de outros interesses que não eram os hegemônicos, que passavam por cima de tudo.

Acho que vai acontecer o mesmo com o Brasil se Lula ganhar a eleição para a Presidência da República. Ele vai recolocar o Brasil de pé. Acredito que será uma mudança fantástica, em vez da postura submissa de Fernando Henrique, termos alguém compro-

missado com o nosso país, com o nosso povo, e que em nome deste compromisso negocie com os grandes interesses mundiais, quaisquer que sejam eles.

Acho que o Brasil vai ter muito mais política, mais debate, mais mobilização; cada decisão vai ser muito mais discutida, negociada. Por isso acredito em um cenário muito positivo; não trabalho com o cenário de fuga de capitais, embora ache que não podemos descartar essa hipótese. Acredito que, principalmente quando se está no governo, deve-se trabalhar com o pior cenário; se ele acontecer, estaremos preparados, se ele não acontecer, todos os outros são melhores.

Eu trabalharia também com esse cenário de fuga de capitais. Neste caso, teria a mesma posição do Sayad. Entre João Sayad e Reinaldo Gonçalves, ideologicamente, estou muito mais próxima do Reinaldo, mas não decretaria moratória da dívida externa, deixaria que os investidores nos forçassem a chegar a esse cenário. Se eles vão embora,

partimos para a moratória, só que não a teremos provocado.

Quanto ao cenário da moratória, teremos que ter políticas, posturas alternativas adequadas a um cenário de moratória, de não podermos pagar os compromissos assumidos. Acho que mesmo em um cenário de moratória é possível fazer um Brasil melhor do que o que foi feito nesses últimos anos, quando transferimos 300 bilhões de dólares para as mãos dos rentistas. Então, 2 bilhões de dólares nas mãos é melhor do que transferir 300 bilhões, mas não acredito que isso vá acontecer. Vai ser um momento de transição, os investidores vão ficar observando o que vamos fazer, e se não fizermos muitas besteiras eles vão ficar, porque perceberão que um Brasil sem fome, com reforma agrária, com gente mais educada, é um Brasil muito melhor do que o que temos hoje, em que será mais vantajoso investir do que é hoje. Portanto, não tenho o menor receio do que vai acontecer em 2003. Obrigada.



Reinaldo Gonçalves

Vou tentar responder às principais críticas e perguntas de forma concisa e objetiva.

No que se refere à questão da dívida externa, trata-se de um processo de negociação, um processo de barganha política, um processo de pressão interna e externa. Acho que os principais adversários de uma negociação da dívida externa não estão lá fora, estão aqui dentro. Isso é evidente. Os principais adversários são aqueles que têm interesses vinculados à liberalização financeira e cambial. O processo político vai se passar, em grande medida, internamente, e não tanto lá fora.

Com relação à política externa, a idéia de que o Brasil tem importância relativa muito pequena no cenário internacional, geralmente, incomoda muita gente. É uma questão de subjetividade. A objetividade é simples. O fato é que o Brasil é importante para os brasileiros. Mas, no cenário internacional, o Brasil é um país fraco. Um país mui-

to vulnerável, isso é evidente. Não precisamos recuar muito na história do Brasil. É só ver a evolução da economia brasileira, da sociedade brasileira, da política brasileira, das instituições brasileiras ao longo do governo Fernando Henrique. A “grande” contribuição do Fernando Henrique é mostrar o quanto somos vulneráveis, principalmente depois das suas políticas. Isso é evidente.

Ninguém gosta de reconhecer a própria “desimportância”. Mas, do ponto de vista objetivo, acho que a pior coisa é a auto-ilusão. A auto-ilusão é terrível porque na hora de tomar uma decisão acaba-se definindo estratégias incompatíveis com a realidade.

Então, o que significa isso? Quando se é vulnerável, qual deve ser a estratégia? Para o Brasil é a obviedade: centrar fogo em estratégias para deixar de ser vulnerável. Qual é a implicação disso do ponto de vista internacional?

No contexto atual da América Latina, o fato é que os nossos vi-

zinhos também são muito vulneráveis. Se as nossas elites são ruins, as deles também são. Cada país latino-americano tem seus Fernandos Henriques da vida! Muitos companheiros da esquerda continuam atrelados a uma certa ibero-americanidade, ao sonho bolivariano. É uma pena! Precisamos de *realpolitik*.

No cenário internacional, quem opera é o Estado-nação, quem manda, quem toma decisões é o Estado-nação. Até o ponto que consigo imaginar, no horizonte de quatro ou oito anos, a quase totalidade da América Latina terá seus Estados controlados por elites tão ruins ou piores – apesar de que piores é difícil –, mas tão ruins quanto a brasileira. Isso significa que é muito difícil fazer algum tipo de articulação no plano regional e sub-regional na América Latina.

Se é para sonhar, vamos sonhar um pouco. Imaginemos que estamos num país da América Latina ou do Caribe que não é vulnerável e que tem uma política externa in-

dependente, além de um governo sério, um presidente sério, um partido sério e hegemônico. Ademais, pretendemos articular uma política econômica externa no âmbito da América Latina. Aí, olhamos o Brasil, que tem o Fernando Henrique. A pergunta é: vamos montar uma frente ampla de negociação internacional da dívida externa na América Latina tendo o Brasil de FHC como “aliado”? Vamos partir para o “tensionamento” com o FMI (propondo seu fechamento ou negociando mudanças radicais no sistema de condicionalidades) tendo o Brasil de FHC como aliado? A resposta é um “não” rotundo. Simplesmente já entraremos “vendidos” em qualquer negociação.

Esse é o problema: não podemos imaginar que os Estados-nação na América Latina são ou serão aliados em qualquer embate internacional num futuro previsível. Já entramos “vendidos”. A minha leitura da história das relações internacionais da América Latina indica que não podemos, seriamente,

contar com nossos vizinhos. A minha experiência de quase cinco anos nas Nações Unidas só confirmou essa posição. A minha experiência como observador das Nações Unidas nas negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), bem como meu trabalho de assessoria para organizações não-governamentais relacionado a negociações multilaterais, mostram que entraremos “vendidos” nessas negociações. A classe dirigente latino-americana custa pouco, é barata. Esse é o ponto central, é um problema de *realpolitik*. Numa negociação internacional na OMC, no FMI, no Banco Mundial, não posso achar que o representante do Uruguai vai votar com a gente. Não vai. A experiência mostra isso. Houve fracasso toda vez que se tentou fazer um bloco de devedores da dívida externa, ou quando se tentou fazer uma política mais agressiva no âmbito do comércio, ou da tecnologia, ou referente às multinacionais (código de conduta).

Na última década a América Latina se enfraqueceu a tal ponto que o custo de cooptação hoje está muito mais baixo do que estava na década de 1980, quando já era baixo. Resultado: precisamos de realismo e, portanto, ter diretrizes assentadas na *realpolitik*.

Houve uma pergunta, ainda, sobre os papéis da Índia e da China. Ótima pergunta. Se os nossos melhores aliados estão do outro lado do mundo, não tenho de ter um vizinho (que é frágil, débil, vulnerável) como parceiro. Assim, podemos fazer alianças com países que estão do outro lado do mundo, mas que não são vulneráveis ou débeis (como, por exemplo, a Argentina). Há, contudo, um problema. Nosso problema com a Índia e com a China é o seguinte: eles não confiam na gente. Eu já ouvi isso de um diplomata indiano. Por que eles não confiam na gente? Porque, simplesmente, somos fracos! Ademais, o Brasil tem uma diplomacia ineficaz, arrogante e despreparada.

Mas pode-se argumentar que em 2005 ou 2006 não seremos fracos e despreparados, pois poderemos ter um governo democrático-popular eleito em 2002. Mas até lá temos que mostrar para eles que nós estamos deixando de ser fracos, o que significa reduzir a nossa vulnerabilidade externa. Até lá eles não vão partir para fortes alianças conosco. E, se olharmos a China e a Índia, verificaremos que eles correm em pista própria, não fazem grandes articulações ou parcerias internacionais.

O que eu estou querendo dizer é o seguinte: temos que ter uma dimensão real, exata, do nosso poder na arena internacional. Nosso poder é mínimo hoje. Talvez em 2006 não seja, talvez consigamos liderar algum tipo de iniciativa.

Mas, novamente, não podemos criar expectativas com relação à América Latina. Temos de nos qualificar para em 2005 ou 2006 sermos parceiros da Índia ou da China. No entanto, hoje nós não nos qualificamos para nada. Isso é realismo.

Indianos e chineses não vão sentar com a gente. O país que precisa de 25 bilhões de dólares todo ano é um país frágil, dependente, acororado na arena internacional. Chineses e indianos não farão parcerias conosco porque não confiam, e têm razão em não confiar. Da mesma forma que não podemos confiar nos paraguaios e argentinos, chineses e indianos não podem confiar no Brasil. Não adianta querer achar que nós somos o que não somos. E vai demorar muito tempo para que um governo democrático-popular consiga fazer com que o Brasil deixe de ser vulnerável. Temos que ser realistas. Do contrário estaremos fazendo a “diplomacia da lorota”, e não uma política externa independente.

No que se refere à questão sobre autarquia, o ponto central não é, obviamente, o fechamento da economia. Trata-se de alcançar um novo padrão de inserção ativa no cenário internacional. Por exemplo, a China é o país de maior eficiência dinâmica no mundo e não é uma autarquia. A economia chinesa tem



crescido 10% ao ano nos últimos 20 anos. Em um dos meus livros¹⁴, faço uma análise comparativa entre Brasil e China e mostro que a diferença entre o fracasso brasileiro e o sucesso chinês decorre, em grande medida, das diferenças no padrão de inserção internacional desses países. As diretrizes do projeto de orientação socialista que desenvolvemos não têm nada a ver com autarquia. Quem acha isso não entendeu nada do que eu falei. Ou então faltou boa vontade!

O maior problema para entender o nosso enfoque é proveniente da visão liberal, essa idéia de que a origem de tudo é o indivíduo. Por exemplo, quando o liberal fala que “dinheiro gera liberdade” ele está dizendo que dinheiro gera liberdade para o indivíduo. Pega o aviãozinho aqui em Guarulhos, vai para Nova York gastar dinheiro, ver ópera, dormir em hotel cinco-estrelas e não sei o quê... Isso gera liberdade individual.

Mas as pessoas entendem também, e aí não precisa ser um libe-

ral muito iluminado, que, às vezes, as pessoas perdem a dignidade com o dinheiro. O dinheiro pode provocar, ainda, a perda de felicidade. Na realidade, se pensamos do ponto de vista coletivo, é isso o que acontece (as crianças e os adolescentes do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde o meu filho estuda, sabem disso). “Dinheiro concentrado” pode gerar exatamente o contrário do que imagina um liberal pouco iluminado: a perda de liberdade. De quem? Desse povo brasileiro que não tem liberdade. Ou, por acaso, há igualdade de direitos civis no Brasil? Dinheiro concentrado pode causar perda. De quê? De dignidade do povo. E mais, pode causar a perda de felicidade.

Então, o problema é a ótica liberal, que acha que dinheiro gera liberdade. É a ótica liberal de que tudo está centrado no indivíduo. Na ótica do coletivo, dinheiro pode levar não à liberdade, mas à perda de liberdade, dignidade e felicidade. E esse é o sentido da vida: li-

14. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2002.

berdade, dignidade e felicidade. É esse o drama da maioria do povo brasileiro: faltam liberdade, dignidade e felicidade. Ademais, o país é marcado por fortes desigualdades.

O que a elite vê como seu direito (por exemplo, ter dinheiro para pegar avião e gastar no exterior), que resulta desse “dinheiro concentrado”, é mais do que um privilégio, é um dos nossos dramas. E exatamente por isso é que comecei dizendo que é preciso desconcentrar radicalmente a riqueza. Não abro mão do “radical”. Não tem negociação! Desconcentraremos radicalmente a riqueza ou ficaremos, quem sabe, sem fazer nada. Vai ficar um “projetozinho” de um Brasil vulnerável, débil e africanizado.

E depois, no futuro, quando o PT for governo, alguém virá para fazer crítica ao núcleo duro dos economistas do PT, que serão acusados de ser os responsáveis pelos resultados medíocres. Quem sabe teremos o Sayad como ministro da Fazenda. Então o pessoal dirá: “O núcleo duro dos economistas do PT

não quer brigar com o sistema financeiro nacional e internacional, não consegue romper com o FMI”. Aí vão achar estranho, pois o Malan já foi embora! É lamentável, mas é uma opção. De repente, nada será feito em termos de transformação e ruptura. Vale ressaltar que não é um problema técnico vinculado a núcleos “duros” ou “moles” de economistas. É uma escolha política.

Na minha avaliação, a estratégia de nada fazer, nada mudar, significa deixar o Brasil vulnerável, débil, nessa trajetória de africanização. E isso é uma estratégia de alto risco. Para fazer isso (não mudar), é melhor deixar a social-democracia ou os liberais no poder.

Neste debate, não devemos confundir perspectivas. Quando se parte de princípios diferentes, não se consegue convergir. Não se consegue persuadir, não há por que persuadir!

Procurei expressar, aqui, a minha visão. O fundamental é que haja “rumo e prumo”, que, estou segu-

ro, fazem parte da minha visão a respeito de um projeto de orientação socialista para o Brasil. Penso, ademais, que é uma visão realista, que exige decisões importantes.

Estou convencido de que qualquer estratégia marcada pela pusilanimi-

dade e pela linha de menor resistência desembocará em um processo autofágico. Perderemos o rumo e o prumo. Não tenho dúvidas de que a história irá cobrar, e cobrar caro, se seguirmos a linha de menor resistência. Muito obrigado.

Sobre os autores

REINALDO GONÇALVES nasceu em 1951, no Rio de Janeiro. É professor titular de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor de mais de duas centenas de trabalhos publicados em 19 países: Europa (Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Suécia, Suíça, Portugal e Iugoslávia); Ásia (Japão, Coréia do Sul e Índia); África (Cabo Verde); América do Norte (Estados Unidos e México); e América do Sul (Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela).

Em co-autoria com o historiador Valter Pomar escreveu os livros *O Brasil endividado: Como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90* (2000) e *A armadilha da dívida: Como a dívida interna impede o desenvolvimento econômico e aumenta a desigualdade social* (2001), ambos publicados pela Editora Fundação Perseu Abramo.

Entre os livros de sua autoria, destacam-se: *Empresas transnacionais e internacionalização da produção* (Vozes, 1992); *Ô abre-alas: A nova inserção do Brasil na economia mundial* (Relume-Dumará, 1994); *Globalização e desnacionalização* (Paz e Terra, 1999); *O Brasil e o comércio internacional* (Contexto, 2000); *Vagão descarrilha-*

do (Record, 2002); *A herança e a ruptura* (Gramond, 2003); e *O nó econômico* (Record, 2003). Foi ganhador do Prêmio Jabuti 2001 na categoria Economia, Direito e Administração.

RONALD ROCHA é sociólogo. Desde 1966, a partir da resistência democrática ao golpe de 1964, desenvolveu uma militância orgânica e ininterrupta no movimento socialista. Foi diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1969 a 1972, prisioneiro político durante o regime militar e membro do Diretório Nacional do PT. Tem vários livros publicados, especialmente nos âmbitos da análise econômico-social e da Filosofia Política. Atuou no ensino universitário. É membro do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo e, nos últimos anos, vem se dedicando à educação de jovens e adultos, com ênfase na formação integral voltada ao mundo do trabalho.

JOÃO SAYAD é economista, doutor (Ph.D.) pela Yale University e professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) desde 1968.

Foi secretário estadual dos Negócios da Fazenda de São Paulo (1983-1985); ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1985-1987); presidente executivo e presidente do Conselho do Banco Inter American Express S. A. (1988-2000). Desde janeiro de 2001 é secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo.

TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO é graduada em ciências econômicas e em ciências sociais, doutora em economia pública pela Universidade de Paris 1. Ocupou durante três décadas o cargo de economista da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), de 1967 a

1995. Foi secretária de Planejamento e secretária da Fazenda do estado de Pernambuco e secretária de Planejamento e Urbanismo de Recife. Após a eleição presidencial de 2002, foi membro da Comissão de Transição criada pelo governo federal – coordenadora da equipe de Desenvolvimento Econômico. Além disso, foi consultora de organismos internacionais, como o IICA, PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) e GTZ (Agência Alemã de Cooperação Técnica), e é professora da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Programa do segundo ciclo de seminários

Socialismo e Democracia realizado no primeiro semestre de 2001

Os seminários foram promovidos pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT

26 de março – Perspectivas que a vitória das esquerdas nas eleições municipais de 2000 abre à construção do socialismo

Expositor: Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente de Honra do PT

Comentadores: Marta Suplicy (prefeita de São Paulo), Raul Pont (ex-prefeito de Porto Alegre) e Luiz Dulci (presidente da Fundação Perseu Abramo)

9 de abril – Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo

Expositor: Celso Daniel – prefeito de Santo André
Comentadores: Ladislav Dowbor (professor da PUC-SP), Marina da Silva (senadora pelo Acre) e Miguel Rossetto (vice-governador do Rio Grande do Sul)

23 de abril – O orçamento participativo como um dos pressupostos políticos da construção do socialismo

Expositor: Olívio Dutra – governador do Rio Grande do Sul

Comentadora: Maria Victoria Benevides – profa. da USP e da Escola de Governo

7 de maio – Papel dos sindicatos e cooperativas ante as mudanças nas classes sociais e suas lutas, na perspectiva do socialismo

Expositor: Fernando Haddad – professor da USP
Comentadores: Gilmar Mauro (dirigente nacional do MST), João Felício (presidente nacional da CUT) e Ricardo Antunes (professor da Unicamp)

21 de maio – A luta pela terra e a organização dos assentamentos como contribuição para a construção do socialismo

Expositor: Plínio de Arruda Sampaio – ex-deputado federal e consultor da ONU

Comentador: José Graziano da Silva – professor da Unicamp

4 de junho – Perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo

Expositor: Laymert Garcia – professor da Unicamp
Comentadores: Bernardo Kucinski (professor da USP), Maria Rita Kehl (psicanalista) e Walter Pinheiro (líder do PT na Câmara dos Deputados)

18 de junho – Alternativa socialista ante a globalização financeira

Expositor: Reinaldo Gonçalves – professor da UFRJ
Comentadores: João Sayad (secretário de Finanças de São Paulo), Ronald Rocha (dirigente nacional do PT) e Tânia Bacelar (secretária de Planejamento de Recife)

Leia também da coleção

Socialismo em discussão

1º ciclo

Globalização e socialismo

Maria da Conceição Tavares, Emir Sader e Eduardo Jorge

Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo

Francisco de Oliveira, João Pedro Stedile e José Genoino

Economia socialista

Paul Singer e João Machado

O indivíduo no socialismo

Leandro Konder e Frei Betto

Instituições políticas no socialismo

Tarso Genro, Edmilson Rodrigues e José Dirceu

2º ciclo

Orçamento participativo e socialismo

Olívio Dutra e Maria Victoria Benevides

Poder local e socialismo

Celso Daniel, Marina Silva, Miguel Rosseto e Ladislav Dowbor

Sindicatos, cooperativas e socialismo

Fernando Haddad, Ricardo Antunes, Gilmar Mauro e Gilmar Carneiro

Revolução microeletrônica, internet e socialismo

Laymert Garcia dos Santos, Maria Rita Kehl, Bernardo Kucinski e Walter Pinheiro